

Veículo: Política Livre	
Data: 11.03.2021	Caderno: Economia



10 de março de 2021 | 13:43

Preço de medicamento na Bahia pode ser pesquisado por aplicativo do smartphone

BAHIA

O aplicativo Preço da Hora Bahia tem sido um importante aliado dos baianos na hora de pesquisar valores de medicamentos durante a pandemia. Com uma busca simples, o app mostra os menores preços praticados nas farmácias num raio de 1 a 30 quilômetros. Lançado em abril de 2020 pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), o Preço da Hora conta, além de medicamentos, com uma lista de mais de 500 mil produtos comercializados na Bahia, com base nas informações extraídas das notas fiscais eletrônicas.

Com mais de 412 mil usuários em toda a Bahia, dos quais 205,8 mil de Salvador, o aplicativo pode ser baixado em dispositivos móveis na Apple Store e no Play Store, além de estar disponível no site precodahora.ba.gov.br. Para realizar a busca por remédios, basta clicar na opção “Medicamentos”, localizada na barra inferior da tela, e informar o nome ou princípio ativo, ou ainda o laboratório.

Quando a prescrição médica é pelo princípio ativo do medicamento, o consumidor pode pesquisar por esta informação e o app exibe as várias marcas comerciais de medicamentos que contêm a composição, conforme tabela da Anvisa. A pesquisa também pode ser feita por meio da leitura do código de barras impresso na embalagem, clicando-se na opção que fica na parte inferior da tela.

O usuário pode ver ainda o dia e a hora de realização da última venda do medicamento naquela farmácia, além do telefone e a rota para se chegar ao

estabelecimento onde ele está à venda. Vale lembrar que a busca pode ser feita por qualquer produto à venda no comércio, e não limita-se somente a medicamentos.

A Sefaz-Ba lançou recentemente a versão 1.2 da ferramenta, com novas funcionalidades, a exemplo da possibilidade de denunciar contribuintes que se recusam a emitir a nota fiscal, entre outras irregularidades, e ainda a disponibilização do histórico de preços de combustíveis. O usuário pode também compartilhar os preços e os produtos pesquisados com os amigos nas redes sociais.

O diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt, esclarece que os preços são obtidos das informações de notas fiscais na medida em que são emitidas, mas que o estabelecimento não é obrigado a garantir um preço que tenha sido praticado em uma promoção, venda para clientes fiéis, descontos por pagamento à vista, compra de mais de uma unidade, entre outras condições.

“O Preço da Hora exibe o preço praticado e o eventual desconto concedido, por esta razão, principalmente quando encontrar preços muito menores que os de costume, o consumidor deve ligar para a loja e confirmar se o desconto apresentado lhe é aplicável. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal”, informa.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 10/03/2021	



Preço de medicamento na Bahia pode ser pesquisado por aplicativo do smartphone

10 março 2021



O aplicativo Preço da Hora Bahia tem sido um importante aliado dos baianos na hora de pesquisar valores de medicamentos durante a pandemia. Com uma busca simples, o app mostra os menores preços praticados nas farmácias num raio de 1 a 30 quilômetros. Lançado em abril de 2020 pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), o Preço da Hora conta, além de medicamentos, com uma lista de mais de 500 mil produtos comercializados na Bahia, com base nas informações extraídas das notas fiscais eletrônicas.

Com mais de 412 mil usuários em toda a Bahia, dos quais 205,8 mil de Salvador, o aplicativo pode ser baixado em dispositivos móveis na Apple Store e no Play Store, além de estar disponível no site precodahora.ba.gov.br. Para realizar a busca por remédios, basta clicar na opção “Medicamentos”, localizada na barra inferior da tela, e informar o nome ou princípio ativo, ou ainda o laboratório.

Quando a prescrição médica é pelo princípio ativo do medicamento, o consumidor pode pesquisar por esta informação e o app exibe as várias marcas comerciais de medicamentos que contêm a composição, conforme tabela da Anvisa. A pesquisa também pode ser feita por meio da leitura do código de barras impresso na embalagem, clicando-se na opção que fica na parte inferior da tela.

O usuário pode ver ainda o dia e a hora de realização da última venda do medicamento naquela farmácia, além do telefone e a rota para se chegar ao estabelecimento onde ele está à venda. Vale lembrar que a busca pode ser feita por qualquer produto à venda no comércio, e não limita-se somente a medicamentos.

A Sefaz-Ba lançou recentemente a versão 1.2 da ferramenta, com novas funcionalidades, a exemplo da possibilidade de denunciar contribuintes que se recusam a emitir a nota fiscal, entre outras irregularidades, e ainda a disponibilização do histórico de preços de combustíveis. O usuário pode também compartilhar os preços e os produtos pesquisados com os amigos nas redes sociais.

Atenção a preços em promoção

O diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt, esclarece que os preços são obtidos das informações de notas fiscais na medida em que são emitidas, mas que o estabelecimento não é obrigado a garantir um preço que tenha sido praticado em uma promoção, venda para clientes fiéis, descontos por pagamento à vista, compra de mais de uma unidade, entre outras condições.

“O Preço da Hora exibe o preço praticado e o eventual desconto concedido, por esta razão, principalmente quando encontrar preços muito menores que os de costume, o consumidor deve ligar para a loja e confirmar se o desconto apresentado lhe é aplicável. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal”, informa.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Veículo: Rádio Subaé	
Data: 09/03/2021	Programa: Sempre Mulher
Assunto: Governo baiano realiza um novo repasse de 3 milhões de reais a ser pago para 533 entidades filantrópicas baianas ativas.	

Data: 09/03/2021

Hora: 14:33:10

Emissora: RÁDIO SUBAÉ

Programa: SEMPRE MULHER

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Governo baiano realiza um novo repasse de 3 milhões de reais a ser pago para 533 entidades filantrópicas baianas ativas.



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faleconosco)

quinta-feira, 11 de mar?o de 2021

POLÍTICA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/POLITICA](https://www.bahiaja.com.br/politica))

ANGELO ALMEIDA PEDE RENEGOCIAÇÃO DE CONSIGNADOS DOS SERVIDORES

Em reunião com secretário da Fazenda, deputado Angelo Almeida solicita renegociação de consignados dos servidores estaduais

Ascom Angelo Almeida , Salvador | 10/03/2021 às 18:56



Angelo Almeida solicita renegociação de consignados dos servidores estaduais

Foto: Divulgação

Na tarde desta terça-feira (10), em reunião das bancadas de governo e oposição, da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), com o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, foi amplamente discutida a solicitação de autorização do empréstimo de R\$ 1,5 bilhão do tesouro estadual junto ao Banco do Brasil. O valor será destinado a obras de infraestrutura, mobilidade urbana e também no reforço das ações de combate à pandemia da Covid-19.

"A saúde financeira do Estado da Bahia vai muito bem. Estamos com 60% de endividamento, com relação a nossa receita corrente, quando a legislação permite que o Estado possa se endividar em até duas vezes o valor da sua receita. O governador Rui Costa, com este empréstimo, irá fomentar a geração de novos empregos e, conseqüentemente, o impulsionamento da nossa economia", afirmou o deputado Angelo Almeida, presidente da Comissão Especial para Avaliação dos Impactos da Pandemia da Covid-19 da ALBA.

O parlamentar ainda solicitou ao secretário que desenvolva diálogo com o Banco do Brasil no sentido de abrir negociações para que os empréstimos consignados dos servidores públicos estaduais possam ser renegociados, com carência de um ano para que voltem a ser descontados em folha de servidores ativos e aposentados.

"Esta medida, que penso seja viável, vai facilitar a vida dos servidores e, na seqüência, contribuir para um melhor desempenho dos setores produtivos de comércio, serviços e indústria. Recebemos do secretário a garantia de que iria levar a questão para discussão e estamos confiantes", disse Angelo.



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?>

[idEditoria=12&idNoticia=131062](https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=12&idNoticia=131062))

MAIS NOTÍCIAS



(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2021/03/10/paulo-camara-critica-abandono-do-estado-com-a-classe-trabalhadora,131066,0.html>)

PAULO CÂMARA CRITICA ABANDONO DO ESTADO COM A CLASSE TRABALHADORA

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2021/03/10/paulo-camara-critica-abandono-do-estado-com-a-classe-trabalhadora,131066,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2021/03/10/paulo-camara-critica-abandono-do-estado-com-a-classe-trabalhadora,131066,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2021/03/10/paulo-camara-critica-abandono-do-estado-com-a-classe-trabalhadora,131066,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2021/03/10/paulo-camara-critica-abandono-do-estado-com-a-classe-trabalhadora,131066,0.html>)



(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2021/03/10/lockdown-nao-diminuiu-numero-de-mortos-na-bahia-111-br-2-286,131064,0.html>)

LOCKDOWN NÃO DIMINUIU NÚMERO DE MORTOS NA BAHIA: HOJE, 111; BR 2. 286

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2021/03/10/lockdown-nao-diminuiu-numero-de-mortos-na-bahia-111-br-2-286,131064,0.html>)

Nova extensão de alívio fiscal ao agro ainda divide Estados

Secretarias de Fazenda decidirão amanhã se prorrogarão acordo que desonera insumos agrícolas

Por **Rafael Walendorff** — De Brasília

11/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Bruno Lucchi, da CNA: fim do benefício pode gerar custos de R\$ 50 bilhões — Foto: Jane de Araújo/Agência Senado

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) vai decidir amanhã se prorroga a validade do Convênio 100/1997, que desonera a cobrança do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os insumos agropecuários. O setor produtivo quer renovar até dezembro de 2023 o prazo do benefício, que expira no fim deste mês, mas uma ofensiva comandada pelas secretarias de Fazenda de Ceará e Sergipe pretende revisar o ato e impor uma tributação escalonada sobre agrotóxicos e fertilizantes.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) estima custos adicionais de R\$ 50 bilhões por ano com o possível fim do benefício e afirma que a medida aumentará em 9,5% a inflação dos alimentos. “É um contrassenso. Somos um dos maiores produtores de alimentos e teremos a comida mais cara para a população”, diz o superintendente técnico da entidade, Bruno Lucchi.

Nos cálculos da CNA, o aumento do custo de produção de grãos e frutas será de 10,5%, em média. Os gastos para cultivar um hectare dos básicos arroz e feijão devem aumentar R\$ 425,40 e R\$ 458,16, respectivamente, o equivalente a altas de 6,8% e 12,3%.

O fim do Convênio 100 pode significar quase R\$ 1,2 mil a mais por hectare de algodão (alta de 11,7%), R\$ 363,36 para a soja (12%), R\$ 1,3 mil para a laranja (8,7%) e

algodão (alta de 11,7%), R\$ 303,50 para a soja (12%), R\$ 1,5 mil para a laranja (6,2%) e R\$ 1,5 mil para a banana (8,1%). As elevações ficaram perto de 12% para o milho primeira safra (R\$ 490,92) e segunda (R\$ 285,95) e também para o trigo (R\$ 270,47). “Certamente teremos redução de área plantada ou vamos ter repasse do aumento do custo ao consumidor”, afirmou Lucchi.

Juntas, as culturas de soja, milho, arroz, feijão, trigo e algodão podem ter R\$ 23 bilhões a mais de custo se o benefício não for renovado. Se considerados os demais segmentos do campo, como cana-de-açúcar, café e pecuária, o impacto se aproxima de R\$ 50 bilhões, com reflexos em toda política agrícola, como a demanda por crédito rural, salienta a CNA.

Uma das propostas que os secretários discutem é a implementação de uma alíquota isonômica de ICMS interno e interestadual de até 4% para fertilizantes importados e nacionais, defendida por Sergipe no Confaz. O Estado tem algumas plantas de produção de adubos e é apoiado pelo Sindicato Nacional das Indústrias de Matérias Primas para Fertilizantes (Sinprifert). A cobrança começaria em 1% em 2022 até chegar ao máximo pretendido em quatro anos.

Carlos Florence, diretor-executivo da Associação dos Misturadores de Adubo do Brasil (AmaBrasil), critica a medida. Ele diz que a tributação vai forçar o repasse de um custo de R\$ 4 bilhões por ano para a agricultura e não vai melhorar a produção nacional de fertilizantes. “Vai pura e simplesmente aumentar o imposto para o agricultor sem garantia de investimento recíproco”, disse.

Segundo ele, os fertilizantes nacionais são vendidos pelos mesmos preços dos produtos importados, que ficam mais caros por causa do frete de longo curso, da logística precária nos portos e do pagamento do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), de 25%. “Já existe uma proteção muito grande à indústria nacional. Só o frete representa 20% de custo. Temos um dos portos mais caros para descarga de mercadoria e mais a taxa do AFRMM. Um imposto de mais 4% não vai virar mágica e fazer as empresas investirem no Brasil”, afirmou.

Um vídeo que circula nos grupos de WhatsApp de produtores alerta para a posição da secretária de Fazenda do Ceará, Fernanda Pacobahyba. “Não aceitamos mais

nenhuma prorrogação da forma como está. É um descalabro para as indústrias brasileiras, em grande parte ociosas ou quebradas”, afirma ela no vídeo.

A secretária cearense diz apoiar a proposta de Sergipe, mas que quer rever também os benefícios fiscais concedidos aos defensivos agrícolas. “O Brasil dá incentivo fiscal para o agrotóxico que vem do exterior e tributa o defensivo e o fertilizante fabricados no Brasil. Não aceitamos mais de forma nenhuma”, continua a secretária da Fazenda do Ceará, que afirma sofrer “pressão enorme do agronegócio”.

A prorrogação da validade do Convênio 100/1997 depende de decisão unânime do Confaz.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Papel De Parede Importado Vinílico Lavável Geométrico Abstrato Azul com Prata Elegante

R\$ 134,30

AMERICANAS.COM

Comprar

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Aparelho de Jantar Biona Donna Floral Azul com 20 Peças

R\$ 119,99

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Espelho Decorativo Parede Moldura Provençal Ouro Envelhecido

R\$ 160

CASAS BAHIA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Salvador

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

Carbone e alarme que acustos qualquer bandido

COVID-19 Grupo de 21 gestores articula ações para enfrentar a pandemia e comprar vacinas

Governadores se unem e lançam Pacto pela Vida e pela Saúde

RODRIGO AGUIAR

Anunciada no último final de semana, a aliança nacional de 21 governadores no enfrentamento à pandemia do novo coronavírus foi oficializada ontem com o lançamento da proposta de um "Pacto Nacional pela Vida e pela Saúde", com a defesa de um Comitê Gestor, formado por representantes dos três Poderes e de todos os níveis da Federação, além da assessoria de uma comissão de especialistas.

No documento, o grupo cita três itens como fundamentais para o combate à Covid-19: expansão da vacinação, com pluralidade de fornecedores; apoio a medidas restritivas; e suporte aos estados para manutenção e ampliação de leitos, com integração de todos os sistemas hospitalares.

Assim o pacto de 21 dos 27 governadores, entre eles o governador Rui Costa. Apenas não assinaram o texto os governadores Wilson Lima (Amazonas), Ratinho Júnior (Paraná), Cláudio Castro (Rio de Janeiro), Marcos Rocha (Rondônia), Antonio Denarium (Roraima) e Carlos Moisés (Santa Catarina).

"O coronavírus é hoje o maior adversário da nossa Nação. Precisamos evitar o total colapso dos sistemas hospitalares em todo o Brasil e melhorar o combate à pandemia. Só assim a nossa Pátria poderá encontrar um caminho de crescimento e de geração de empregos", diz trecho do documento.

Ações

Representante do Fórum de Governadores no diálogo referente à vacinação, o governador do Piauí, Wellington Dias, afirma que o grupo trabalha para manter medidas restritivas já adotadas no âmbito dos estados e debate outras possíveis ações para tentar conter o coronavírus.

"Queremos reduzir transmissibilidade para reduzir adoecimento e internações. E ainda garantir as condições para ampliar a vacinação. A vacinação e essas medidas é que vão reduzir óbitos", aponta Dias, também



Marcelo Camargo/Agência Brasil/ 18.02.2021

A compra de vacinas sem mediação do governo federal é a estratégia dos governadores para enfrentar a Covid

Consórcio regional tenta com os EUA a liberação de 10 milhões de doses de vacina

Grupo trabalha para manter medidas restritivas já adotadas nos estados

presidente do Consórcio Nordeste.

O governador do Maranhão Flávio Dino (PCdoB) lamentou, no Twitter, o novo recorde de óbitos pela doença em 24 horas: 2.286 mortes. "Decisões desastrosas sobre vacinas e mentiras sobre máscaras cobrando um preço gigantesco e inadmissível. 21 governadores apresentaram a proposta hoje: Pacto Nacional pela Vida e pela Saúde. Urgente", escreveu Dino.

Vacina

Além do pacto nacional, os governadores do Nordeste também buscam alternativas para frear o coronavírus. O consórcio regional tenta com o governo americano a liberação de um lote de 10

milhões de doses da vacina de Oxford/AstraZeneca, que está nos Estados Unidos estocada. A informação foi publicada pela Folha e confirmada por A TARDE com a assessoria do governo do Piauí.

Segundo a assessoria, ainda não houve uma resposta em relação ao pedido. O governo dos Estados Unidos não tem previsão de aplicar o imunizante de Oxford, por preferir vacinas de outros tipos. Atualmente, os americanos utilizam as vacinas desenvolvidas pela Pfizer e Moderna.

Além disso, Dias já informou que o Brasil busca, em diálogo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), antecipar o envio de imunizantes para o Brasil, con-

siderada a atual situação da pandemia no país.

"O Brasil vive um momento especial. Como diz a própria Organização Mundial da Saúde, é o epicentro da pandemia no mundo, e ainda com o risco de muitas variantes que se espalham", afirmou o governador da Piauí, na última segunda-feira (8), após reunião na Fiocruz. Na ocasião, representantes da Fiocruz, representaram a previsão de entrega de 3,8 milhões de doses do imunizante de Oxford em março. Também foi solicitado à instituição o aumento da produção da vacina, que atualmente varia de 250 mil a 300 mil doses diárias. Há expectativa, a partir de abril, da produção de até 1 milhão de doses por dia.

Pacientes com sintomas leves são atendidos em unidades básicas

Gripários e UPAs atendem agora só casos mais graves

A alta demanda em gripários e UPAs fez a prefeitura de Salvador alterar os critérios de atendimento nestes locais. Agora, apenas pacientes com urgência e sintomas fortes estão sendo assistidos nas unidades.

Segundo o coordenador de Urgência e Emergência da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) Ivan Paiva, o perfil dos pacientes na faixa etária mais jovem que está sendo mais agravado agora fica entre 40, 50 e 60 anos de idade. "Como os idosos, a maior parte deles acima de 77 anos, já estão vacinados, a gente teve uma queda acentuada dessa internação de pacientes graves idosos e o que tem predominado agora é de pacientes jovens", informou Ivan Paiva.

Segundo ele, 150 novas unidades da rede de atenção primária de Salvador foram abertas pelo município para atender casos de sintomas leves. Essas pessoas devem procurar uma rede de atenção primária para que os gripários sejam destinados aos mais graves. Caso seja necessário, o paciente será encaminhado para um gripário. "A pessoa está achando que tem covid, sentiu alguns sintomas, deve procurar redes de atenção primária", explicou.

A nova organização de atendimento nas unidades vem mostrando resultado. Mesmo com a alta de mortes, em uma semana, houve queda de quase 60% no número de atendimentos em gripários, conforme a SMS. Segundo Anelito dos Santos Filho, de 45 anos, que trabalha como gari e testou positivo, após sentir fortes dores, foi à Unidade de Saúde da Família (USF), do IAPI, e não encontrou dificuldades. "Foi rápido", disse.

GABRIEL GALINDO, SOB SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

Vacinação de idosos com 77 anos ou mais continua

A vacinação dos idosos com idade igual ou superior a 77 anos segue acontecendo em Salvador, de maneira escalonada. Para os nascidos entre outubro de 1943 e 11 de março de 1944, o horário de vacinação será no período da manhã, das 8h às 12h. Já os nascidos entre 11 de março e setembro de 1943 terão acesso à vacina no período da tarde, das 12h às 17h.

Hoje também serão imunizados os profissionais de saúde autônomos, e os trabalhadores ligados a estabelecimentos de saúde que terão a vacinação retomada.

A vacinação dos idosos com 77 anos, que teve início ontem, imunizando nascidos entre 10 de março a setembro de 1943, entre os 16 locais de vacinação, contou com o 5º Centro de Saúde Clementino Fraga, nos Barris, com grande movimento na tarde de ontem, seja entre os idosos que buscavam a primeira dose como a segunda. Além do público com idade superior a 78 anos, que

continua tendo acesso à primeira dose do imunizante, no entanto, apenas no período da tarde (14h às 18h).

Dentre os vacinados ontem, Maria Dulce Veloso, 77, que buscou o 5º Centro, teve que aguardar algumas horas para garantir a imunização, isso porque a vacinação desse público teve início apenas às 14h, enquanto ela chegou ao local às 9h30.

Apenas ontem, 5.398 pessoas foram vacinadas, sendo que 3.676 receberam a primeira dose. Ao todo, 170.066 pessoas já foram vacinadas em Salvador, segundo o vacinômetro da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

"Estava todos os dias acompanhando para saber quando seria vacinada, mas fui informada apenas na manhã de ontem, por meu filho, que acabou me ligando e dizendo. Depois disso, corri para o 5º Centro, para garantir a vacina. Cheguei às 9h30 e fui informada que a vacinação começaria apenas às 14h, então acabei ten-



Olga Leiria / Ag. A TARDE

Imunização segue por data de aniversário

mil pessoas. No entanto, Salvador contou com a chegada de 37.950 doses na manhã de ontem, que servirão para prosseguir com a imunização dos idosos e dos profissionais da saúde.

Locais de vacinação

Para a vacinação dos idosos existem equipes nos drive-thrus da Universidade Federal da Bahia (Ondina); Arena Fonte Nova (Nazaré); Atakadão Atakarejo, em Fazenda Coutos; 5º Centro de Saúde, nos Barris; Parque de Exposições (av. Paralela); Fundação Bahiana para Desenvolvimento das Ciências, no Cabula e na Vila Militar, no Dendezeiros.

Já os pontos fixos estão situados na USF Vista Alegre; UBS Nelson Piauhy Dourado, em Águas Claras; Resgate; Federação; Engenho Velho de Brotas; Plataforma; USF Cajazeiras X; 5º Centro de Saúde e na Vila Militar.

BRUNO BRITO, SOB A SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

200

vagas são oferecidas por dia pelo serviço de vacinação a domicílio da prefeitura, para idosos com 77 anos ou mais, acamados ou com dificuldade de locomoção

do que esperar, junto com algumas pessoas que chegaram antes de mim, por volta das 7h", contou.

No entanto, nem mesmo a longa espera, afastou a felicidade de Maria Dulce, que estava ansiosa para ser imunizada. "Estou muito feliz, foi uma bênção, uma coisa maravilhosa. Saí do 5º Cen-

tro por volta das 14h45, depois de ser vacinada, e voltei em 7 de abril para tomar a 2ª dose", destacou.

Segundo o secretário municipal de saúde, Leo Prates, são necessárias 26 mil doses da vacina para garantir a imunização completa dos idosos da faixa de 77 anos, com aproximadamente 13

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

CÂMBIO Dólar cai para R\$ 5,65 e tem maior queda diária desde janeiro
www.atarde.com.br/economia

Armando Avena


**ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS**
atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

Brasil: a política sempre atropela a economia

Há anos a política vem impedindo a estabilidade e o crescimento da economia brasileira. E agora, com a possibilidade cada vez maior de um confronto eleitoral entre Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva na disputa eleitoral de 2022, a instabilidade econômica pode dar o tom nos próximos meses. Senão, vejamos. Em 2015, após um ano tentando equilibrar as contas públicas e colocar a economia nos eixos, o economista Joaquim Levy foi demitido pela então presidente Dilma Rousseff que, tomada pelo populismo econômico, adotou uma política econômica heterodoxa, com direito a congelamento dos preços da energia elétrica e dos combustíveis, o que levou a Petrobras a um prejuízo monumental. Em 2017, após o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, arrumar a economia brasileira e avan-

çar no sentido de realizar as reformas necessárias, a crise política paralisou o governo Michel Temer e o Congresso Nacional, que não foi capaz de aprovar as reformas tributária e da Previdência. Em 2021, após um avanço promissor com a aprovação da reforma da Previdência, o ministro Pau-

Com a possibilidade de Bolsonaro x Lula em 2022, a instabilidade econômica pode dar o tom nos próximos meses

lo Guedes, se viu a cada dia tolhido em sua política, dita liberal. E não foi só a pandemia que reduziu o ímpeto reformista do antigo Posto Ipiranga, a política foi responsável por comer nacos enormes da sua política econômica, com o presidente Jair Bolsonaro demitindo seus auxiliares e interferindo em todos os setores. Agora mesmo, na aprovação da PEC Emergencial, tentou manter reajustes salariais unicamente para seus aliados. Antes, Bolsonaro demitiu Samir Mattar, o artífice da privatização, pediu a cabeça do presidente do Banco do Brasil, liberou emendas parlamentares a rodo, interviu a Petrobras e ameaça congelar artificialmente o preço dos combustíveis e da energia elétrica. Além disso, está cada vez mais avesso ao mercado financeiro que considera antipatriota, como se investidor tivesse pá-

tria. O populismo econômico está voltando e o retorno de Lula à disputa eleitoral de 2022 pode fazer com que Bolsonaro jogue no lixo o restinho de austeridade fiscal que o país ainda tem. As pesquisas indicam que Lula ainda detém enorme popularidade entre a população de baixa renda e nos estados nordestinos e, para fazer frente a ela e aumentar sua própria popularidade, Bolsonaro tende a ampliar o caráter intervencionista do seu governo e disparar medidas populistas para todos os lados. As reformas que o país necessita e o ajuste fiscal correm o risco de ir para as calendas gregas. Avizinha-se, portanto, uma tempestade quase perfeita com a pandemia se agravando, a campanha eleitoral se antecipando e os atores políticos cada vez mais interessados em simplesmente agradar aos eleitores.

A posição dos empresários

Os líderes empresariais baianos estão propondo uma retomada das atividades econômicas de forma escalonada, de acordo com um plano proposto pela Prefeitura de Salvador. Segundo esse plano, o setor industrial iniciaria as atividades às 6 horas encerrando às 4 da tarde. O comércio de rua daria início às 8 da manhã e os shoppings centers às 10 horas e

encerriam as atividades em horários diferentes. O mesmo se daria com construção civil e outros setores. A ideia é evitar a aglomeração no transporte público onde se dá o contágio, já que as lojas estão com protocolos rígidos. A expectativa é de retomada nesses termos na próxima segunda-feira, mas tudo depende da taxa de ocupação das UTIs.

A responsabilidade empresarial

O presidente da Fecomércio-Ba, Carlos Andrade, vem reiterando que as prioridades do setor produtivo são: a vida, o emprego e as empresas. E os líderes empresariais baianos têm mostrado responsabilidade e capacidade de diálogo com o governo do Estado e prefeitura. Com eles, instituições como a ACB, a CDL e a FCDL fazem seguidas reuniões discutindo o retor-

no das atividades. Andrade afirma que o pleito dos empresários, além da imediata retomada escalonada, é a postergação do pagamento de impostos estaduais e municipais e o parcelamento dos tributos vencidos. E, nesse momento crítico, pleiteia-se junto ao governo federal uma linha de crédito com juros subsidiados para a folha de pagamento.

IMPACTO Os efeitos da pandemia do novo coronavírus sobre o mercado de trabalho no Brasil provocaram alta recorde de desemprego em 20 estados

País tem novo recorde de desemprego: 13,5% em 2020

CRISTINA INDIO DO BRASIL
Agência Brasil, Rio de Janeiro

A taxa média de desemprego no país atingiu 13,5% em 2020, enquanto em 2019 foi de 11,9%. Os efeitos da pandemia da covid-19 sobre o mercado de trabalho provocaram alta recorde de desemprego em 20 estados. Ficaram de fora da lista Pará, Amapá, Tocantins, Piauí, Pernambuco, Espírito Santo e Santa Catarina.

As taxas mais elevadas de desemprego foram registradas no Nordeste e as menores no Sul do país. A Bahia, com 19,8%, teve a maior taxa de desocupação em 2020, seguida de Alagoas (18,6%), Sergipe (18,4%) e Rio de Janeiro (17,4%). Já Santa Catarina (6,1%), Rio Grande do Sul (9,1%) e Paraná (9,4%) tiveram as mais baixas.

Dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que aponta que o percentual de 2020 é o maior da série histórica iniciada em 2012.

Segundo o IBGE, no intervalo de um ano, a população ocupada no país teve menos 7,3 milhões de pessoas, o que resultou no menor número da série histórica de médias anuais, de 86,1 milhões. Conforme a pesquisa, pela primeira vez, menos da metade da população em idade para trabalhar estava ocupada no país. Em 2020, o nível de ocupação ficou em 49,4%.

O nível de ocupação ficou abaixo de 50% no ano passado em 15 estados, sendo todos no Nordeste. Em Alagoas, apenas 35,9% das pessoas em idade para trabalhar estavam ocupadas. No Sudeste, no Rio de Janeiro apenas 45,4% tinham um trabalho. O estado com



Edson Lopes Jr / AzAD / Divulgação

Dados sobre emprego fazem parte da Pnad Contínua divulgada ontem pelo IBGE

Pela primeira vez, menos da metade da população em idade para trabalhar estava ocupada no País

Estado da Bahia, com 19,8%, teve a maior taxa de desocupação em 2020

maior nível de ocupação no ano passado foi Mato Grosso, com uma taxa de 58,7%.

A Pnad Contínua mostrou também que a queda da ocupação foi espalhada entre todos os trabalhadores.

Informalidade

A taxa média de informalidade também sofreu impacto com a pandemia e caiu de 41,1% em 2019 para 38,7% em 2020, chegando a 39,9 milhões de pessoas. Os informais são os trabalhadores sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, empregador sem CNPJ, que trabalha por conta própria sem CNPJ e o trabalhador familiar auxiliar.

A taxa média nacional de informalidade foi superada em 19 estados. Entre eles, Goiás atingiu 39,1% e o Pará 59,6%. Em sete estados, a taxa foi acima de 50%. Já São

Paulo (29,6%), Distrito Federal (28,2%) e Santa Catarina (26,8%) foram os que tiveram taxas de informalidade abaixo de 30%.

A analista da pesquisa Adriana Beringuy, destacou que os informais foram os primeiros atingidos pelos efeitos da pandemia. Para ela, a queda da informalidade não está relacionada a mais trabalhadores formais no mercado. "Está relacionada ao fato de trabalhadores informais terem perdido sua ocupação ao longo do ano. Com menos trabalhadores informais na composição de ocupados, a taxa de informalidade diminuiu", explicou.

No último trimestre de 2020, a taxa de desocupação recuou para 13,9%, depois de atingir 14,6% no terceiro trimestre, o maior patamar já registrado na comparação trimestral.

CONSELHO

Governo indica mais dois nomes para Petrobras

VITOR ABDALA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

O governo federal indicou mais dois nomes para o Conselho de Administração da Petrobras. A engenheira elétrica Cynthia Santana Silveira e a advogada Ana Silva Corso Matte se juntam a outros seis nomes que já tinham sido indicados pela União na última segunda-feira (8).

Os oito nomes da União serão apresentados à próxima Assembleia Geral dos Acionistas da empresa, que escolherá a nova composição do Conselho de Administração.

O conselho tem 11 integrantes, mas apenas oito serão escolhidos na próxima assembleia. Apesar de ter indicado oito nomes, o governo pode não conseguir eleger todos. Na última eleição, os acionistas minoritários se uniram e decidiram escolher mais um representante. Por isso, a União ficou com apenas sete representantes no Conselho.

Os acionistas minoritários já apresentaram ontem o nome do advogado Leonardo Pietro Antonelli (que já é conselheiro) para concorrer a uma das vagas. Caso a assembleia permita a eleição de mais um representante dos minoritários e ele consiga votos suficientes para entrar no Conselho, a União pode continuar com apenas sete conselheiros.

Os outros seis nomes indicados pelo governo federal para o Conselho são o general Joaquim Silva e Luna (indicado para substituir o atual presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco), o atual presidente do Conselho, Eduardo Bacellar Leal Ferreira, Ruy Flacks Schneider (que já é conselheiro), Márcio Andrade Weber, Murilo Marroquim de Souza e Sonia Julia Sulzbeck Villalobos.

SUBSÍDIOS

EUA encerram investigação sobre alumínio brasileiro

WELLTON MÁXIMO

Agência Brasil, Brasília

A exportação de alumínio brasileiro está livre de subsídios, anunciaram ontem em nota conjunta os Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e dos Estados Unidos. O governo norte-americano encerrou as investigações sobre a venda de chapas de liga do metal para o exterior sem impor sobretaxas ao produto brasileiro.

"O governo brasileiro recebeu com satisfação o encerramento da investigação sobre subsídios e medidas compensatórias, que foi concluída sem a imposição de sobretaxas ao produto nacional", diz o comunicado.

As investigações relativas à prática de dumping prosseguem. No dumping, um país vende mercadorias a custos menores do que os de produção, canibalizando a indústria do mesmo produto em outros países. A nota informou que o governo norte-americano constatou dumping nas exportações brasileiras e que está concluindo a análise do impacto antes de decidir se aplica medidas de retaliação ao Brasil.

"O governo brasileiro continuará acompanhando a investigação antidumping, ainda em curso, sobre o mesmo produto. A autoridade americana considerou ter havido dumping nas exportações brasileiras, mas deve concluir análise de dano para que se determine a eventual aplicação de medidas", diz a nota.

Segundo o Itamaraty, o governo norte-americano examinou 23 programas brasileiros. Em nenhum caso foi constatado subsídio do governo brasileiro. De acordo com o comunicado conjunto, a investigação ajudará outros setores da indústria nacional investigados pelos Estados Unidos.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL SOBE EM 7 ESTADOS

PESQUISA A produção industrial cresceu em sete dos 15 locais pesquisados entre dezembro e janeiro, segundo dado do IBGE divulgado ontem. Em São Paulo, maior parque industrial do país, o avanço foi de 1,1%. Os demais aumentos foram no Pará (4,4%), Pernambuco (3,6%), Rio de Janeiro (2,9%), Rio de Grande do Sul (1,9%), Paraná (1,5%) e Santa Catarina (1,0%). A Bahia teve perda de 3,2%. Na média, a indústria nacional avançou 0,4% em janeiro ante dezembro.

LIMITE MAIOR NO CONSIGNADO VAI A 40%

AMPLIAÇÃO O Senado aprovou ontem em votação simbólica a medida provisória que amplia de 35% para 40% a margem para empréstimo consignado de servidores públicos ativos e inativos, militares e aposentados e pensionistas do INSS. Já aprovado pela Câmara, o texto vai para sanção presidencial. Se a MP não fosse votada ontem perderia a validade. O texto amplia o limite de comprometimento da renda até 35% para consignados e até 5% para saque ou pagamento de cartão.

29,83%

é alta acumulada em 12 meses do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), que subiu 1,95% na primeira prévia de março, após ter aumentado 1,92% na primeira prévia de fevereiro. O índice é usado para reajustar aluguéis

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Acertos políticos, erros econômicos

O ex-presidente Lula acertou muito mais do que errou na longa exposição de ontem. Os acertos foram no ponto principal: combater à pandemia, respeito à ciência e às regras sanitárias, estímulo a que todos se vacinem. Lula defendeu que a estratégia correta a ser adotada pelo governo era ter um gabinete de crise, em reunião constante, em visita aos hospitais, em contato com a população. Essa é a grande emergência da hora e ao falar ele deixou claro a grande falha do presidente Bolsonaro, que errou durante um ano na pandemia e, ontem, mesmo se rendendo à máscara, ainda defendeu a cloroquina.

Como a fala inicial foi longa, a sessão de perguntas e respostas, também, o ex-presidente passou por vários assuntos em duas horas e meia, mas voltava sempre ao fato de que o Brasil enfrenta a tragédia das mortes de "quase 270 mil brasileiros".

Lula disse que não era hora de se dizer candidato. Contudo, aquele era um discurso de candidato. Ele avisou que sairá conversando com políticos, empresários, sociedade. Disse que se juntar o PT, PCdoB, PSOL é uma frente de esquerda, o que sempre foi feita, por isso defendeu o diálogo com outros grupos po-

líticos, num claro aceno ao centro. Mas apenas isso, um aceno.

O maior acerto da entrevista foi focar na necessidade de combater a tragédia, na qual naufragamos neste momento, e com medidas sensatas. As críticas centradas em Bolsonaro foram a escolha óbvia, porque é o oponente que enfrentará nas urnas, se confirmar sua candidatura, e o presidente da República tem produzido um vasto material de crítica.

Havia muita estratégia em cada crítica que fez ao Bolsonaro. Quando atacou a obsessão do presidente pela liberação de armas e disse que "quem precisa de armas são as Forças Armadas e não a sociedade, quem precisa de armas não é a milícia,

mas a polícia". Estava com isso fortalecendo as forças de segurança do Estado e não o "escancarar as armas", como defendeu Bolsonaro em reunião presidencial. Depois, Lula voltou a defender as Forças Armadas equipadas e profissionais para a defesa do país.

Na economia, Lula defendeu o investimento puxado pelo Estado, coerente com proposta do partido, mas difícil no atual estado das finanças do país, cuja escalada de desorganização começou na nova matriz macroeconômica. Errou também quando falou da Petrobras. A capitalização da Petrobras foi uma manobra contábil bem engendrada, que permitiu que a estatal, em vez de receber dinheiro, entregasse R\$

30 bilhões ao Tesouro. A Petrobras investiu, cresceu e encontrou o pré-sal – os investimentos começaram antes do governo petista – mas ao mesmo tempo foi no governo do Partido dos Trabalhadores que houve o maior prejuízo da empresa, provocado exatamente pelo subsídio aos preços dos combustíveis, que ele voltou a defender ontem. Curioso que é exatamente essa política de preços controlados que Bolsonaro sonha em praticar na Petrobras.

Lula falou em mim. Ele já fez isso em outros discursos, estou acostumada. De novo, está errado. "Ela falava assim: é, descobriu o pré-sal, mas não pode explorar. Porque não tem tecnologia. E o preço do barril vai ser

muito caro". O que eu disse é que tinha muito trabalho pela frente, muito investimento em tecnologia e sim, inicialmente, era muito caro. O custo vem caindo desde então, ano após ano, governo após governo. No comentário econômico de um país tão intenso como o Brasil, ninguém vai acertar sempre. Mas o ex-presidente completou com uma frase ofensiva: "Falava isso com a maior desfaçatez." Isso nunca. Sempre faço meu jornalismo com a maior seriedade.

O importante não foram os tiros a esmo que ele deu na prolongada fala, mas os acertos. O Brasil vive uma tragédia tão imensa de mortes nesta pandemia, mortes que têm sido "naturalizadas", como alertou o ex-presidente, que esse precisa mesmo ser o ponto central. Seu pedido mais importante, porque salva vidas, é de que "não sigam nenhuma decisão imbecil do presidente da República, tomem vacina". Avisou que, quando tomar, ele fará propaganda. Ótimo. Uma pessoa pública dá o exemplo. Quem no meio desta mortandade não usa máscara, estimula aglomeração, prescreve remédios de ineficácia comprovada, como tem feito Bolsonaro, está estimulando a morte.

Bahia tem a maior taxa de desemprego do país

Comércio foi o setor que mais perdeu trabalhadores entre 2019 e 2020, diz IBGE

Marina Hortélio*

REPORTAGEM
marinahortelio@redetbahia.com.br

A taxa média de desocupação na Bahia ficou em 19,8%, em 2020, a maior do país para o ano, aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) Trimestral, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados demonstram ainda que o índice é o mais alto desde 2012, quando começou a PNAD Contínua.

No estado, 8 em cada 10 pessoas que deixaram de trabalhar de 2019 para 2020 eram informais. Na comparação dos dois anos, o grupo das atividades de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas foi o que mais perdeu trabalhadores em números absolutos, com menos 170 mil baianos ocupados no setor.

Os resultados refletem a pandemia do novo coronavírus, segundo a supervisora de disseminação de informações do IBGE, Mariana Viveiros. Ela ressalta que 20 dos 27 estados brasileiros bateram os recordes históricos da taxa de desocupação em 2020. Apesar das dificuldades serem generalizadas, Viveiros afirma que a Bahia foi mais penalizada. "A Bahia sempre foi o estado com taxas mais elevadas de desocupação que

o país como um todo por possuir uma posição não muito confortável, com um mercado com menos dinamismo e alta informalidade", explica.

A taxa balana em 2020 ainda foi superior à do Brasil como um todo, que atingiu 13,5% de desocupados. O índice mede a proporção de pessoas a partir de 14 anos que não trabalharam e procuraram trabalho, em relação ao total de pessoas que estão na força de trabalho.

Ainda em 2020, o número de pessoas trabalhando na Bahia, em ocupações formais ou informais, chegou ao mais baixo patamar desde 2012: 5.159 milhões. Isso representou menos 626 mil pessoas ocupadas, em média, de 2019 para 2020 - uma queda de 10,8% entre os anos.

Já o número dos sem trabalho mas que procuravam emprego fez com que a população de desocupados atingisse 1.272 milhão, em média, em 2020 - o pior resultado em 8 anos. Foi registrada a adição de 70 mil baianos à população desocupada ante 2019, aumento de 5,8%.

CRESCIMENTO LENTO

O coordenador de Pesquisas Sociais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Guillermo Etkin, ressalta que a atividade econômica no Brasil e na Bahia já estava em marcha lenta antes mesmo da pandemia eclodir. Sendo assim, ele



Lojas que vendem itens considerados essenciais, como alimentos, podem permanecer abertas durante as restrições do lockdown parcial na Bahia

explica que o coronavírus não desencadeou a crise no país, mas tornou mais agudo um cenário já fragilizado por desequilíbrios e marcado por uma recuperação lenta.

"Não será a solução dessa questão sanitária o fator chave para catapultar o desempenho econômico. Diante desse contexto, é importante destacar que, no momento, não há outra compreensão senão a de que o ritmo de qualquer recuperação se encontra incerto", alerta.

Entre os desocupados em 2020 está Emilyly Anuncia-

ção, 20 anos, ex-funcionária da barraca da prima. Desde agosto passado ela procura emprego para ajudar no orçamento da família, que ficou mais apertado com a pandemia, mas encontra dificuldades para voltar ao mercado.

"Eu tinha um bico, mas minha prima mudou a barraca para um lugar menor e me dispensou em janeiro passado. Fiquei seis meses em casa. Voltei a procurar emprego em agosto, mas a pandemia fez ficar ainda mais difícil".

*COM A ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.

Comércio não essencial fechado em Salvador pode gerar novos desligamentos; presidente do Fecomércio-BA defende volta do auxílio e das MPs que permitem reduzir jornada

170 mil trabalhadores do grupo do comércio e reparos automotivos perderam o emprego na Bahia em 2020

19,8% foi a taxa média de desocupação no Estado no ano passado, segundo o IBGE. A maior do país

5.159 milhões de baianos estavam trabalhando em 2020. Enquanto...

1.272 milhão estava sem trabalho, mas procurava nova ocupação no estado no mesmo período

Renda média de trabalhadores baianos chega a R\$ 1.730

Em 2020, os trabalhadores baianos tiveram rendimento médio real mensal, com desconto da inflação, de R\$ 1.730. Foi o maior valor para o estado desde 2016, quando se iniciou a nova série histórica da PNAD Contínua para o indicador.

Em 2019, o rendimento médio foi de R\$ 1.562. Portanto, houve alta de 10,8% em 2020 na comparação com 2019.

Apesar do avanço, o rendimento médio mensal dos trabalhadores baianos em 2020 foi o quarto menor do país, mais alto apenas que Maranhão (R\$ 1.451), Piauí (R\$ 1.518) e Alagoas (R\$ 1.620). O valor ainda é 32% abaixo da média nacional, de R\$ 2.543, e menos da metade dos R\$ 4.229 do Distrito Federal, o maior do país.

O aumento da média é reflexo da redução de traba-

Redução no número de informais refletiu no rendimento médio dos baianos

lhadores informais, que normalmente ganham menos.

A supervisora de disseminação de informações do IBGE explica que o cálculo desse valor leva em conta o rendimento de quem tem renda de trabalho - o auxílio emergencial não entra na conta. "A maior parte de quem deixou de trabalhar era informal, que ganha menos. Com a retirada desses trabalhadores, resta quem

está mais protegido no emprego ou quem conseguiu um trabalho em 2020, que, geralmente, têm rendimentos mais elevados. Isso causa um efeito matemático positivo, mas não reflete na melhora do mercado de trabalho", analisa Mariana Viveiros. A supervisora aponta ainda que a Bahia é muito desigual e o rendimento médio esconde os extremos desiguais do estado.

Votação PEC é desidratada na Câmara em uma derrota para a equipe econômica do governo

Das Agências

REPORTAGEM
correio24horas@redetbahia.com.br

Após o presidente Jair Bolsonaro abrir caminho para investidas contra as medidas de ajuste da PEC emergencial, a equipe econômica precisou abrir mão do gatilho que barriera promoções e progressões de servidores em suas carreiras em situações de comprometimento severo das finanças ou calamidade nacional. A saída, para viabilizar a conclusão da votação da PEC na Câmara, foi costurada para evitar uma derrota ainda maior, que resultaria na retirada de praticamente todas as ações de contenção de gastos no futuro, incluindo o congelamento de salários do funcionalismo.

Na madrugada de ontem, a PEC havia sido aprovada em primeiro turno por 341 votos a favor e 121 contra. Até o fechamento desta edição, os deputados ainda votavam os destaques para, em seguida, começar a análise da proposta em segundo turno.

Integrantes da equipe econômica reconhecem nos bastidores que o acordo foi uma derrota para o governo, mas ressaltam que a negociação evitou um desfecho muito pior, que seria a desidratação completa da PEC. Desde o início, a equipe do ministro Paulo Guedes trabalha para aprovar a nova rodada do auxílio emergencial em combinação com um novo marco fiscal que garanta instrumentos de contenção de gastos.

O próprio presidente acabou celebrando a preservação do "coração da PEC", embora tenha deflagrado na segunda-feira o movimento que pretendia retirar o congelamento das progressões na carreira, atendendo a apelos da bancada da segurança pública. Na ocasião, Bolsonaro chegou a dizer que três dispositivos poderiam ser retirados do texto e dar origem a uma PEC paralela. "Se um ou outro dispositivo for suprimido faz parte da regra do jogo, mas o coração do projeto está sendo mantido", afirmou o presidente ontem, com a negociação já sacramentada.

Antes do acordo, o governo já tinha sido derrotado na votação que tirou da PEC o trecho que acabava com o carimbo de R\$ 65 bilhões em re-

Alívio a servidor permite acordo sobre auxílio



Deputados analisaram ontem destaques na tentativa de mudar o texto-base da PEC Emergencial

Se um ou outro dispositivo for suprimido faz parte, mas o coração da PEC está sendo mantido
Jair Bolsonaro

Presidente da República

Não adianta falar de equilíbrio fiscal, com o qual concordamos, se o estado não pode prestar os serviços
Danilo Cabral

Deputado do PSB

Querer aprovar criação de cargo e aumento de salário, no meio da pandemia, é escárnio
Kim Kataguiri

Deputado do DEM

ceitas hoje atreladas a fundos ou despesas específicas. A medida daria maior flexibilidade na gestão do Orçamento e da dívida pública.

CONGELAMENTO

Na esteira dessa votação, cresceu o risco de aprovação de um destaque do PT que derrubaria todos os gatilhos de congelamento de salários de servidores e outras despesas do governo, acendendo o alerta na equipe econômica. O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), propôs então manter a possibilidade de progressões e promoções nas carreiras, mesmo durante os estados de calamidade ou emergência fiscal (quando há elevação de comprometimento das finanças de União, estados ou municípios).

Por esse acerto, o governo poderá congelar os salários dos servidores em período de

crise, mas não poderá travar as promoções ou progressões, que na prática resultam em incremento na remuneração do funcionalismo.

Em um primeiro momento, o anúncio do acordo foi mal recebido pelo mercado financeiro, que interpretou a negociação como um "drible" da ala política do governo na equipe de Guedes. Os agentes estavam resabiados depois de o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, ter precisado entrar em campo anteontem para barrar tentativas de desidratar a PEC emergencial. No entanto, após a Agência Estado revelar que o acerto teve o aval da equipe econômica, os ânimos melhoraram sob o mesmo conformismo de que era preciso "evitar o pior". A Bolsa acabou fechando em alta.

A estratégia da equipe econômica foi baseada em cálcu-

los internos sobre o quanto cada uma dessas medidas poderia render de economia aos governos estaduais, municipais e à própria União.

Técnicos calculam que o impacto das progressões na União pode ficar entre R\$ 500 milhões a R\$ 2 bilhões, a depender da quantidade de servidores com ascensão na carreira programada para o ano. Na média, o impacto é calculado em R\$ 1,2 bilhão por ano. Já nos estados e municípios, o custo com as progressões é mais elevado e fica entre R\$ 10 bilhões e R\$ 14 bilhões por ano, porque muitos ainda possuem benefícios como triênios ou quinquênios. Pelo acordo, o próprio governo vai endossar, na votação da PEC em segundo turno, a aprovação de um destaque (que é uma proposta avulsa de mudança) para retirar do texto o congelamento de progressões e promoções.

Benefício: Câmara mantém limite de R\$ 44 bi

A Câmara dos Deputados rejeitou destaque do PDT e manteve no texto da PEC Emergencial o valor máximo de R\$ 44 bilhões para pagamento do auxílio emergencial em 2021, com exclusão desses valores do teto de gastos e da meta de resultado primário deste ano (estimada em déficit de R\$ 247 bilhões). O partido pretendia retirar esse limite para o pagamento do auxílio.

Sob esse teto, a área técnica do governo desenhou a nova rodada prevendo um "piso" de R\$ 150 mensais a famílias com apenas uma pessoa, um valor médio de R\$ 250 para a maior parte das famílias e uma faixa mais elevada de R\$ 375, para mulheres que são as únicas provedoras do lar.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a dizer na segunda-feira que o valor mínimo do benefício seria de R\$ 175. No entanto, duas fontes ouvidas pela reportagem afirmam que os cálculos foram feitos a partir do valor de R\$ 150.

"Se for uma família monoparental dirigida por mulher é R\$ 375. Se for um homem sozinho, é R\$ 175. Se for o casal, é R\$ 250", disse o ministro na ocasião. Em seguida, ressaltou que a política estava sendo detalhada pelo Ministério da Cidadania. Nos bastidores, a explicação é que a Economia "deu o limite" de gasto total pelo qual o desenho poderia ser trabalhado. Por isso, quem ditará o valor exato do auxílio a cada beneficiário é a pasta chefiada por João Roma.

PRINCIPAIS PONTOS DA PEC EMERGENCIAL

● O texto autoriza a destinação de R\$ 44 bilhões para a recriação do auxílio

● Todas as vezes em que as despesas obrigatórias sujeitas ao teto de gastos ultrapassarem 95% das despesas totais, ficarão proibidos para os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público: aumento de salário para o funcionalismo; realização de concursos; criação de cargos; concessão de benefícios e incentivos tributários

● Na vigência de calamidade pública, haverá um regime orçamentário excepcional, nos moldes do Orçamento de Guerra em vigor no ano passado

Tribuna

Edital

Um edital publicado pelo governo da Bahia vai selecionar projetos de micro e pequenas empresas com sugestões de projetos que visem otimizar a gestão pública no estado. O programa foi divulgado pelo governador Rui Costa (PT) ontem pelas redes sociais, e vai investir R\$ 10 milhões para as empresas selecionadas. As inscrições devem ser feitas preenchendo um formulário no portal da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (Fapesb) na internet, disponível até as 17h do dia 16 de março. As propostas, no entanto, podem ser enviadas até as 17h do dia 19 de maio e o resultado preliminar das empresas selecionadas será divulgado em 15 de junho.

Desemprego na Bahia

A Bahia atingiu o recorde de 1,272 milhão de pessoas desocupadas em 2020, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) Trimestral, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada ontem. Esse número corresponde a uma taxa de desemprego de 19,8%, o maior índice do país e o maior já registrado no estado. Além disso, a taxa da Bahia superou a média geral nacional, que foi de 13,5%. A última vez que a Bahia teve um índice tão negativo foi em 2016, quando registrou 15,9% de taxa de desocupação. Segundo o IBGE, a taxa de desocupação histórica registrada na Bahia em 2020 foi resultado de recordes negativos em todos os grupos envolvidos no mercado de trabalho. O número de pessoas trabalhando, formal ou informalmente, teve o patamar mais baixo desde 2012: 5,159 milhões.

Eleito

O deputado Otto Alencar Filho (PSD-BA) foi eleito, ontem, presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados para um mandato de um ano. Ao ser eleito, ele disse que gosta de trabalhar em grupo e que sua posição é a de sempre buscar o desenvolvimento econômico, sem esquecer o social. Em sua gestão, o parlamentar pretende privilegiar projetos que aliviem a carga tributária sobre bens de consumo. "Que a gente possa desafogar impostos sobre bens e consumo, porque são os que mais impactam a



Otto Filho

a, que ficará claro quando anunciar que não é candidato ao Senado em 2022, plano que ele passara a trabalhar sem o sentimento de Wagner

população. De outro lado, que a gente possa cobrar de forma proporcional e justa em outras áreas", anunciou o novo presidente. Ele disse ainda ser um apoiador do agronegócio.

Tribuna

Zé Cocá prega união em posse e diz que desafio é adquirir vacinas

RODRIGO DANIEL SILVA
REPORTER

Empossado ontem como novo presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Zé Cocá (PP) pregou a união e disse que uma das "maiores lutas" na sua gestão será adquirir vacinas contra a Covid-19. O progressista, que ficará no cargo no biênio 2021-2022, substituiu o ex-prefeito de Bom Jesus da Lapa, Eures Ribeiro (PSD).

"Estamos nesse momento vivendo a maior crise da história do mundo. Precisamos nos unir ainda mais para a compra da vacina. Precisamos sensibilizar o governo federal. Conclamamos a nossa

bancada federal (na Câmara dos Deputados), senadores para entrar nisso. Para que, ainda neste semestre, a gente consiga vacinar 30%, 40% da população. Todos os países que conseguiram fazer isso estão diminuindo o número de mortes. (Adquirir vacinas) será uma das maiores lutas da UPB", declarou, em um discurso.

Zé Cocá, que é prefeito de Jequié, afirmou ainda que outro desafio será conseguir que o governo federal parcele o INSS dos municípios. "Os municípios, principalmente, os de pequeno porte estão vivendo um problema seríssimo do INSS. Se avaliar hoje, grande parte dos municípios da Bahia teve o FPM (Fundo de

Participação dos Municípios) zerado, por conta da retenção do ISS. Se não houver um parcelamento urgente de 240 meses, irá quebrar todos os municípios da Bahia. Independente do apoio financeiro. Precisamos urgente do parcelamento especial", pontuou.

Ao deixar o cargo, Eures Ribeiro fez um balanço da sua administração. Disse que uma das maiores conquistas foi retirar o índice dos programas federais do cálculo das contas municipais. Segundo ele, a medida provocou uma queda de 60% para 12% no número de contas rejeitas pelo Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). "Desejo muito êxito (a Zé Cocá). Você é um grande



EMPOSSADO ontem como novo presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Zé Cocá (PP) pregou a união

municipalista, muito preparado. Demos um pouco da nossa contribuição em prol do movimento municipalista. Foram muitas conquistas, mas temos muito o que conquistar ainda em um ano muito difícil", disse, ao se referir à pandemia.

Por meio da internet, os senadores Jaques Wagner (PT), Otto Alencar,

Angelo Coronel, ambos do PSD, e o presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), Adolfo Menezes (PSD), participaram do evento. Além deles, o prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM). O democrata lembrou que Zé Cocá foi eleito em uma "chapa suprapartidária", com prefeitos governistas e oposicionistas. "Tenho

certeza que, com sua capacidade política, você está em plenas condições de defender os interesses dos municípios seja na Bahia como também no Brasil", afirmou. Segundo ele, o novo presidente da UPB terá, entre outros desafios, o de conseguir manter as transferências voluntárias pelo governo federal.

CRISE SANITÁRIA

Rui defende diálogo com prefeitos para "acertar" mais



RUI COSTA defendeu ontem o diálogo com os prefeitos para "acertar" mais nas decisões tomadas no enfrentamento à pandemia

Na posse ontem do novo presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Zé Cocá (PP), o governador da Bahia, Rui Costa (PT), defendeu ontem o diálogo com os prefeitos para "acertar" mais nas decisões tomadas no enfrentamento à pandemia da Covid-19. O chefe do Palácio de Ondina ainda se solidarizou com os gestores municipais, e disse que "mais do que nunca" o país precisa deles já que o governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) não tem cumprido o seu papel no combate à doença. "A gente dialogando e

governando junto com os prefeitos a chance de acertar é muito maior. Por isso, abraço a todos os prefeitos e prefeitas para me mostrar solidário neste momento difícil. Mais do que nunca os brasileiros, o povo baiano, nós precisamos dos governadores do Brasil e dos prefeitos do Brasil porque o Brasil está à deriva. É uma absoluta falta de iniciativa, planejamento, incompetência absoluta e completa do governo federal. O povo brasileiro mais do que nunca precisa da ação dos prefeitos e do governador para minimizar a dor neste momento", declarou, durante o discurso.

Rui Costa afirmou ainda que o "Brasil não merecia e não precisava passar por esse momento mais crítico da pandemia", já que a Pfizer ofereceu 70 milhões de doses no ano passado. No entanto, o governo Bolsonaro não respondeu à oferta para comprar as vacinas contra a Covid-19. Sobre o novo presidente da UPB, o governador disse que terá enormes desafios. "Está cheio de desafios, desafio de reproduzir em Jequié a excelente gestão que fez em Lafaiete Coutinho. E é um desafio grande. As dificuldades, com absoluta certeza, que enfrenta e

enfrentará em Jequié é de uma complexidade muito maior, mas sei da sua capacidade e competência", pontuou. Zé Cocá é prefeito de Jequié e já administrou a cidade de Lafaiete Coutinho.

O governador ainda fez questão de elogiar o ex-presidente da UPB, Eures Ribeiro (PSD), que deixou o cargo ontem. afirmou que o pessedista, que foi prefeito de Bom Jesus da Lapa, "marcou definitivamente a história daquele município como excelente gestor, hoje há reconhecimento fortemente no município e deixa o nome marcado na história da UPB".

Veículo: Política Livre	
Data: 11.03.2021	Caderno: Economia



11 de março de 2021 | 08:39

Após Câmara permitir compra de vacinas por estados, Rui aciona PGE e Sesab para Bahia adquirir Sputnik V

BAHIA

Após o presidente Jair Bolsonaro sancionar a lei que permite a compra de vacinas contra a Covid-19 por estados, municípios e pelo setor privado, o governador Rui Costa (PT) determinou que a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e a Secretaria da Saúde da Bahia (Sesab) “agilizem a celebração do contrato” com o Fundo Soberano Russo para a aquisição da vacina Sputnik V.

“Também faremos com máxima brevidade a formalização junto à Anvisa do pedido de autorização para importação e aplicação da vacina na Bahia”, escreveu o chefe do Executivo baiano, na manhã desta quinta-feira (11), em seu perfil no Twitter.

Veículo: Varela Notícias	
Data: 11/03/21	



11/03/21 às 09h20 - Atualizado em 11/03/21 às 09h20

Rui Costa determina que PGE e Sesab agilizem compra da Sputnik V

O governador ainda falou que vai solicitar à Anvisa o pedido de autorização para importação e aplicação da vacina na Bahia



Foto: Divulgação/GOVBA

Redação VN

redacao@varelanoticias.com.br

Após o Projeto de Lei 534/21, do Senado Federal, autorizar os estados, municípios e o setor privado a comprarem vacinas contra a Covid-19 o governador Rui Costa (PT) afirmou nesta quinta-feira (11) determinou à Procuradoria Geral do Estado (PGE) e à Sesab que agilizem a compra da vacina Sputnik V.

“Com a sanção da lei que permite a compra de vacinas contra a Covid-19, determinei imediatamente à Procuradoria Geral do Estado e à Secretaria Estadual da Saúde que tomem todas as providências necessárias para agilizar, com absoluta prioridade e

urgência, a celebração do contrato com o Fundo Soberano Russo para aquisição da vacina Sputnik V. Também faremos com máxima brevidade a formalização junto à Anvisa do pedido de autorização para importação e aplicação da vacina na Bahia”, escreveu em suas redes sociais.

O PL ainda diz que no caso do setor privado, as doses deverão ser integralmente doadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) enquanto estiver em curso a vacinação dos grupos prioritários definidos pelo Ministério da Saúde.

A proposta também autoriza a União, os estados e os municípios a assumirem a responsabilidade de indenizar os cidadãos por eventuais efeitos colaterais provocados pelas vacinas.

Veículo: Metro1	
Data: 11/03/21	

Metro1

Bahia

Após sanção de lei que permite compra de vacinas, governo da Bahia vai agilizar aquisição da Sputnik V

Segundo o governador Rui Costa, será formalizado junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária o pedido de autorização para importação e aplicação da vacina na Bahia



Foto : Divulgação

Por **Juliana Rodrigues** no dia 11 de Março de 2021 · 08:23

O governador da Bahia, Rui Costa, anunciou hoje (11) que a gestão estadual vai tomar, por meio da Procuradoria Geral do Estado e da Secretaria de Saúde (Sesab), "todas as providências necessárias" para agilizar a celebração do contrato com o

Fundo Soberano Russo para aquisição da vacina Sputnik V. Além disso, o governo da Bahia pretende formalizar junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária o pedido de autorização para importação e aplicação da vacina.

A decisão vem após a sanção, por parte do presidente Jair Bolsonaro, da lei que permite a compra de vacinas contra a Covid-19 por estados, municípios e setor privado.

"Determinei imediatamente à Procuradoria Geral do Estado e à Secretaria Estadual da Saúde que tomem todas as providências necessárias para agilizar, com absoluta prioridade e urgência, a celebração do contrato com o Fundo Soberano Russo para aquisição da vacina Sputnik V. Também faremos com máxima brevidade a formalização junto à Anvisa do pedido de autorização para importação e aplicação da vacina na Bahia", publicou Rui nas redes sociais.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 11/03/21	



ANVISA APROVA IMPORTAÇÃO DE VACINAS CONTRA COVID-19 POR ESTADOS E MUNICÍPIOS



admin 11 Março, 2021

Diante da Lei nº 14.124/2021 aprovada pelo Congresso Nacional e da posterior sanção dada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) regulamentou a autorização excepcional e temporária para a importação de medicamentos e vacinas contra a Covid-19 por estados, municípios e pelo Distrito Federal. A regulamentação foi feita por meio de uma reunião extraordinária, realizada nesta quarta-feira (10), para aprovar a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC).

A autorização prevê que os remédios e imunizantes importados tenham indicação específica para tratamento ou prevenção da Covid-19, aprovada pela respectiva autoridade sanitária estrangeira, além de ter estudos clínicos de fase 3 já concluídos ou com resultados provisórios.

Eles precisam ser registrados ou autorizados para uso emergencial por, no mínimo, uma das seguintes autoridades sanitárias estrangeiras dos Estados Unidos, União Europeia, Japão, China, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Rússia, Índia, Coreia, Canadá, Austrália, Argentina e outras autoridades sanitárias estrangeiras com reconhecimento internacional e certificadas, com nível de maturidade IV, pela Organização Mundial de Saúde ou

pelo Conselho Internacional para Harmonização de Requisitos Técnicos para Registro de Medicamentos de Uso Humano e pelo Esquema de Cooperação em Inspeção Farmacêutica.

Feita a liberação, cabe ao importador se responsabilizar pela qualidade, eficácia e segurança do medicamento ou vacina a ser importado, assim como pelo monitoramento das condições de transporte, visando a garantia das condições gerais e a manutenção da qualidade dos produtos importados e o seu armazenamento adequado. O importador também é obrigado a prestar orientações aos serviços de saúde sobre uso e cuidados de conservação dos produtos importados, bem como aos pacientes sobre como notificar queixas técnicas e eventos adversos a eles relacionados. A criação de mecanismos para a realização do monitoramento pós-distribuição e pós-uso dos produtos importados também cabe a ele.

De acordo com a própria Anvisa, essa proposta normativa isenta os referidos medicamentos e vacinas de registro sanitário e autorização temporária de uso emergencial emitidos pela Anvisa, considerando as etapas regulatórias cumpridas pelas autoridades sanitárias internacionais definidas pela legislação.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 10/03/21	



INDÚSTRIA BAIANA CAI QUASE 14% EM JANEIRO



admin 10 Março, 2021

Em janeiro de 2021, a produção industrial (de transformação e extrativa mineral) da Bahia, ajustada sazonalmente, recuou 3,2% frente ao mês imediatamente anterior. Na comparação com igual mês do ano anterior, a indústria baiana assinalou queda de 13,9%, voltando a registrar taxa negativa após dois resultados positivos consecutivos nessa comparação.

No indicador acumulado dos últimos 12 meses, a indústria registrou queda de 7,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido aos impactos da pandemia da Covid-19. As informações, divulgadas nesta quarta-feira (10), fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sistematizadas e analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan).

Análise dos setores de atividades

No confronto de janeiro de 2021 com igual mês do ano anterior, a indústria baiana apresentou declínio de 13,9%, com oito das 12 atividades pesquisadas assinalando queda da produção. A principal contribuição positiva foi de Metalurgia (71,6%), influenciada, principalmente, pela maior

fabricação de barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre e ferrocromo. Outros setores que apresentaram resultados positivos foram: Produtos químicos (6,8%), Celulose, papel e produtos de papel (3,0%) e Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (117,7%). O setor de Veículos (-88,5%) apresentou a principal influência negativa no período, explicada, especialmente, pela menor fabricação de automóveis com motor a gasolina, álcool ou bicomcombustível e bancos de metal para veículos automotores. Outros resultados negativos no indicador foram observados nos segmentos de Derivados de petróleo (-15,9%), Produtos de borracha e material plástico (-5,1%), Produtos alimentícios (-2,3%), Produtos minerais não metáli

cos (-4,4%), Extrativas (-2,3%), Couro, artigos para viagem e calçados (-1,3%) e Bebidas (-0,3%).

No acumulado dos últimos 12 meses, comparado com o mesmo período do ano anterior, a taxa da produção industrial baiana foi de -7,1%. Destacaram-se positivamente Derivados de petróleo (8,8%), Produtos químicos (5,0%), Celulose, papel e produtos de papel (5,4%), Produtos alimentícios (1,3%) e Bebidas (2,3%). Sete dos 12 segmentos da Indústria geral influenciaram o resultado no período, com destaque para Veículos, que teve queda de 48,5%. Importante ressaltar também os resultados negativos assinalados por Metalurgia (-24,3%), Couro, artigos para viagem e calçados (-21,2%), Borracha e material plástico (-10,7%), Extrativas (-7,8%), Minerais não metálicos (-2,0%) e Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-11,7%).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 11/03/2021	Caderno: Notícias



Quinta, 11 de Março de 2021 - 10:20

Em um ano de pandemia, preço dos alimentos sobe quase três vezes a inflação

por Nicola Pamplona | Folhapress



Em 12 meses desde o início da pandemia do novo coronavírus, o preço dos alimentos subiu 15% no país, quase três vezes a taxa oficial de inflação do período, que ficou em 5,20%, informou nesta quinta (10) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Foi a primeira divulgação do IPCA compreendendo 12 meses sob influência da pandemia, decretada pela OMS (Organização Mundial de Saúde) no dia 11 de março de 2020.

Com forte influência dos reajustes da gasolina, o IPCA voltou a acelerar em fevereiro, fechando o mês em 0,86%, ante 0,25% no mês anterior. Segundo o IBGE a maior alta para fevereiro desde 2016. A pressão inflacionária tem levado o mercado a constantes revisões de suas expectativas. Na última divulgação do relatório Focus, do Banco Central, nesta segunda (8), a projeção para 2020 subiu pela nona semana seguida e chegou a 3,98%, de 3,87% na semana anterior.

Para os próximos meses, a expectativa é de pressões ainda maiores dos preços da gasolina, item com maior peso na composição do IPCA, que já foi reajustada nas refinarias seis vezes desde janeiro. Sem frescor do dólar, itens como os combustíveis devem continuar em alta. A escalada dos preços dos alimentos atingiu em cheio o consumidor já no início da pandemia, tornando ainda mais difícil a travessia dos meses de isolamento social e perda de renda provocada pelo fechamento de negócios e aumento do desemprego.

Em 2020 governo chegou a anunciar medidas para tentar conter a escalada, como a isenção de impostos para a importação de arroz, mas os impactos foram pequenos. A alta do custo de vida já se tornou tema de campanhas contra o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) nas redes sociais.

Em fevereiro, o preço dos alimentos e bebidas subiu 0,27%, ante 1,02% registrados em janeiro, com desaceleração no custo da alimentação em domicílio (0,28%) devido a quedas

nos preços de produtos como batata-inglesa (-14,70%), tomate (-8,55%), leite longa vida (-3,30%) e óleo de soja (-3,15%).

"Essa desaceleração na passagem de janeiro para fevereiro é explicada principalmente por alguns itens que haviam subido bastante ao longo do ano passado, como o óleo de soja e o arroz. Por outro lado, as carnes tinham tido uma ligeira deflação em janeiro, com queda de 0,08%, e agora voltaram a subir", diz Kislánov.

A principal contribuição positiva para o IPCA de fevereiro foi o grupo transportes, com alta de 2,28%, influenciada pela alta de 7,11% no preço da gasolina. Já no campo negativo, o maior impacto veio da energia elétrica (-0,71%), com a manutenção da bandeira amarela na conta de luz.

Com alta de 2,48%, o custo da educação também teve contribuição importante para elevar a inflação. O maior impacto veio dos cursos regulares (3,08%), que já costumam ter impacto inflacionário nesta época do ano, diante dos reajustes anuais.

"Em fevereiro, nós captamos os reajustes das mensalidades cobradas pelas instituições de ensino. E além disso, verificamos que em alguns casos houve retirada de descontos aplicados ao longo do ano passado no contexto de suspensão das aulas presenciais por conta da pandemia", disse o gerente do IBGE.

Com a inflação em alta, a expectativa do mercado é que o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central eleve a taxa básica de juros na semana que vem, que está inalterada em 2% ao ano desde agosto de 2020.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 11/03/2021	Caderno: Notícias



Quinta, 11 de Março de 2021 - 09:00

Rui Costa determina adoção de medidas urgentes para comprar vacina russa

Após a sanção da lei que permite aos estados e municípios comprarem vacinas contra a Covid-19, o governador da Bahia, Rui Costa (PT), determinou a adoção de medidas para aquisição do imunizante russo. Desde o ano passado, o estado tem um acordo de cooperação firmado com o país para compra de 2 milhões de doses da Sputnik V ([saiba mais aqui](#)).

"Determinei imediatamente à Procuradoria Geral do Estado e à Secretaria Estadual da Saúde que tomem todas as providências necessárias para agilizar, com absoluta prioridade e urgência, a celebração do contrato com o Fundo Soberano Russo para aquisição da vacina Sputnik V", compartilhou Rui, em postagem feita no Instagram, na manhã desta quinta-feira (11).

Na mesma mensagem, ele disse que a gestão formalizará o pedido de autorização para importação e aplicação do imunizante à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A importação já foi oficializada pela Anvisa. Nesta quarta (10), depois da aprovação do Congresso e da sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), o órgão aprovou a resolução que define as regras para que estados, municípios e o setor privado possam importar remédios e imunizantes contra o coronavírus. *(Atualizada às 9h06 para atualizar o número de doses)*

ECONOMIA

Publicado em 10/03/2021 às 18h09.

Veículos, derivados de petróleo e biocombustíveis puxaram indústria baiana para baixo

Recuo do setor no estado foi de quase 14%

Redação



Foto: Reprodução/Fotos Públicas

A produção industrial na Bahia teve um recuo de 13,9% na comparação com janeiro de 2020. Houve recuos em 7 das 11 atividades da indústria de transformação, com destaques para a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (-88,5%) e a fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (-15,9%). Foram os setores que mais puxaram a produção industrial baiana para baixo.

O segmento de derivados de petróleo é o mais representativo na estrutura industrial baiana e teve, em janeiro, seu segundo resultado negativo consecutivo. Já a indústria automobilística da Bahia recua há um ano, caindo seguidamente desde fevereiro de 2020 e, em janeiro, apresentou o seu pior resultado desde maio de 2020 (-97,6%). Nesse contexto, vale a lembrar a saída da desativação da fábrica da Ford em Camaçari.

Veículo: Bocão News	
Data: 11/03/21	



CORONAVÍRUS

Desemprego da pandemia atinge mais jovens, negros e região Nordeste



11 de Março de 2021 às

06:04 Por: Agência Brasil Por: Folhapress

O desemprego recorde provocado pela pandemia do novo coronavírus teve efeitos mais devastadores sobre os mais jovens, os negros e a região Nordeste, de acordo com dados divulgados nesta quarta-feira (10) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em 2020, a taxa de desemprego no país bateu 13,5%, o maior valor desde o início da série histórica da pesquisa no formato atual, em 2012. Segundo a consultoria iDados, seria a maior taxa desde 1993.

De acordo com o IBGE, houve recorde de desemprego em 10 estados e no Distrito Federal, com destaques negativos para Bahia (19,8%), Alagoas (18,6%), Sergipe (18,4%) e Rio de Janeiro (17,4%). Na região Nordeste, a taxa média chegou a 16,7%.

Os dados fechados do ano confirmam que, com as medidas restritivas à circulação de pessoas, o desemprego atingiu de forma mais severa o trabalhador informal e, como consequência, parcelas da população que historicamente têm menos acesso à formalidade.

Em média, a taxa de desocupação cresceu 1,62 ponto percentual em relação ao ano anterior, mas entre pessoas pretas e pardas a alta foi maior, de 2,6 e 1,75 pontos percentuais, respectivamente.

No ano, a taxa de desemprego entre as pessoas que se autodeclaravam pretas, de 17,3%, era 58,7% superior à daquelas que se autodeclaravam brancas (10,9%). Já a da população parda foi de 15,4%.

"Durante o ano, o desemprego foi muito mais forte na informalidade", disse a gerente da pesquisa do IBGE, Adriana Beringuy. "Como a gente sabe que grande parte dos trabalhadores pretos e pardos estão ligados à informalidade, pode ser que o aumento do trabalho informal tenha influência no desempenho do desemprego desses trabalhadores."

O cenário pode explicar também a elevada taxa de desemprego entre trabalhadores menos escolarizados: no quarto trimestre de 2020, quase um quarto (23,7%) dos brasileiros em idade de trabalhar e com ensino médio incompleto estavam em busca de uma vaga.

Esse grupo sempre teve uma taxa de desemprego maior do que outros níveis de escolaridade, mas o número registrado no fim de 2020 representa um crescimento de 5,2 pontos percentuais em relação a um ano antes.

No grupo de brasileiros com ensino superior completo, por outro lado, a taxa foi de apenas 6,9% no quarto trimestre, um aumento de 1,3 ponto percentual em relação ao verificado no mesmo período do ano anterior.

Esse contingente teve mais facilidade para adotar o home office ou se beneficiar de medidas de proteção ao emprego do governo federal, como a suspensão de contratos ou a redução de jornada e salário.

Entre a população com faixa etária entre 18 e 24 anos, a alta em relação à 2019 foi de 2,85 pontos percentuais. Em 2020, 29,5% dessa parcela estavam desempregados, mais que o dobro da média nacional.

Não houve, na taxa anual, grande diferença entre a evolução do desemprego de homens e de mulheres, já que os homens foram mais atingidos no início da pandemia. As mulheres (15,7%), porém, continuam com uma taxa de desemprego bem superior à dos homens (11,8%).

No quarto trimestre, com a recuperação da informalidade, a disparidade na taxa voltou a crescer: a taxa de desocupação das mulheres terminou o ano 37,8% maior que a dos homens, bem acima dos 24,2% registrados no segundo trimestre.

A leve recuperação em relação ao trimestre anterior é resultado da maior abertura da economia e de efeitos sazonais relacionados às festas de fim de ano. A taxa caiu de 14,6% no trimestre encerrado em setembro para 13,9% no encerrado em dezembro.

"Mas o ganho não foi suficiente para repor toda a perda do emprego que ocorreu durante o ano de 2020", ressaltou Beringuy. Com o fim do auxílio emergencial e das medidas de apoio que ajudaram a segurar vagas em 2020, a expectativa do mercado já era de expansão do desemprego no início de 2021.

A situação, porém, deve ser pior do que o estimado inicialmente, diante dos recordes de contaminações por Covid-19, que já levaram cidades e estados a adotar medidas mais restritivas à abertura do comércio e dos serviços.

Veículo: Bocão News	
Data: 10/03/21	



ECONOMIA E MERCADO

Com crise econômica, supermercados buscam estratégias para ajudar consumidores



10 de Março de 2021 às 15:04 Por:

Divulgação Por: Redação BNews

Pensando nos impactos da crise da Covid-19 na economia, com a diminuição da renda de muitas pessoas, além da redução na frequência de compras para evitar o risco de contaminação pelo vírus, redes de supermercado têm ampliado as suas opções de pagamento.

No Atakadão Atakarejo, a estratégia utilizada foi o parcelamento nos cartões de crédito em até dez vezes, a depender do setor: celulares, eletrodomésticos, utilidades domésticas, brinquedos, entre outros.

Já os alimentos, podem ser parcelados em até duas vezes sem juros, em todos os cartões, com parcela mínima de 20 reais.

De acordo com o diretor comercial e de marketing, Milton Amorim, os itens de Páscoa, como ovos de chocolate, bacalhau, vinhos e outros produtos tradicionais da Semana Santa também poderão ser comprados de forma parcelada.

O parcelamento toda a loja é válido, inicialmente, apenas para o mês de março.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 10/03/2021	



Turismo da Bahia tem desempenho acima da média brasileira

10 março 2021



Foto: Rita Barreto/Bahiatursa

Índices da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do mês de janeiro apontam que a Bahia tem registrado desempenho acima da média nacional nas atividades turísticas, apesar do cenário de retração econômica iniciado no ano passado, devido à pandemia da Covid-19. Em relação a dezembro de 2020, a Bahia teve crescimento de 3,2%, frente ao índice de apenas 0,7% no país – é a sexta alta seguida do turismo baiano no comparativo mês a mês.

Neste quesito, o estado fica na sexta posição, atrás apenas do Rio Grande do Sul (11,4%), Distrito Federal (10,4%), Rio de Janeiro (4,4%), Santa Catarina (4,3%) e Espírito Santo (3,8%). O sétimo colocado é o Ceará, com praticamente metade do crescimento notado na Bahia (1,8%). Já o último é Goiás (-7,4%).

Quando analisados os dados de janeiro nos anos de 2021 e 2020 (antes da pandemia), dentre os estados pesquisados, a Bahia teve menor queda no volume das atividades turísticas: -14%. O valor equivale a menos da metade do índice brasileiro (-29,1%). O Espírito Santo foi o segundo com menor queda no desempenho (-17,7%), enquanto São Paulo foi o estado com maior perda (-37,7%). Já as perdas acumuladas no volume do turismo baiano nos últimos 12 meses são de -38,8%, já a média nacional foi -39,5%.

“A pandemia desacelerou toda a economia do Brasil, bem como de outros países, e o turismo é uma das atividades mais atingidas neste processo. No entanto, além de o setor ter características que permitem uma rápida recuperação, a Bahia é um estado que se diferencia de outros destinos turísticos do país, o que proporciona a retomada”, comenta o secretário de Turismo da Bahia, Fausto Franco.

PMS – Realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa Mensal de Serviços contempla o desempenho do setor turístico na Bahia e em outros 11 estados (Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal), considerando dados de 10 segmentos, a exemplo de alojamento e alimentação; transporte aéreo; agências de viagem e operadoras turísticas; locação de automóveis; e atividades culturais e de recreação e lazer.

Fonte: Ascom/Secretaria de Turismo do Estado (Setur)

Veículo: G1	
Data: 11/03/2021	



Gasolina puxa alta, e inflação oficial se aproxima do teto da meta

Em fevereiro, IPCA ficou em 0,86%, maior taxa para o mês desde 2016. Em 12 meses, taxa foi a 5,20%, a maior variação desde janeiro de 2017.

Por Laura Naime, G1

11/03/2021 09h00 Atualizado há 41 minutos

O **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, considerado a inflação oficial do país, ficou em 0,86% em fevereiro, depois de ter subido 0,25% em janeiro, segundo divulgou nesta quinta-feira (11) o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. A taxa é a maior para o mês desde 2016, quando ficou em 0,9%.

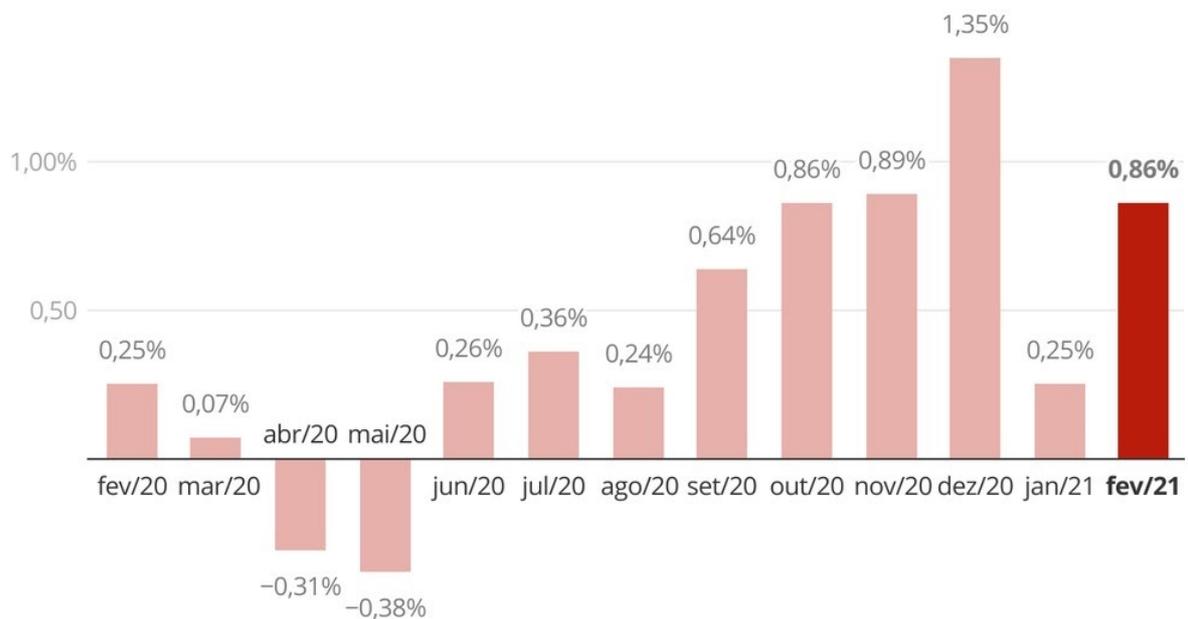
- **Analistas do mercado elevam estimativa de inflação para 3,98% em 2021**
- **IGP-M: inflação do aluguel acelera alta para 1,95% na 1ª prévia de março**

A principal influência de alta veio da gasolina, que subiu 7,11% no período: o item foi responsável por 42% da inflação de fevereiro, segundo o IBGE.

“Temos tido aumentos no preço da gasolina, que são dados nas refinarias, mas uma parte deles acaba sendo repassada ao consumidor final. No início de fevereiro, por exemplo, tivemos um aumento de 8%, e depois de mais de 10%. Esses aumentos subsequentes no preço do combustível explicam essa alta”, diz em nota o gerente da pesquisa, Pedro Kislakov

IPCA - Inflação oficial mês a mês

Variação sobre o mês anterior



Fonte: IBGE

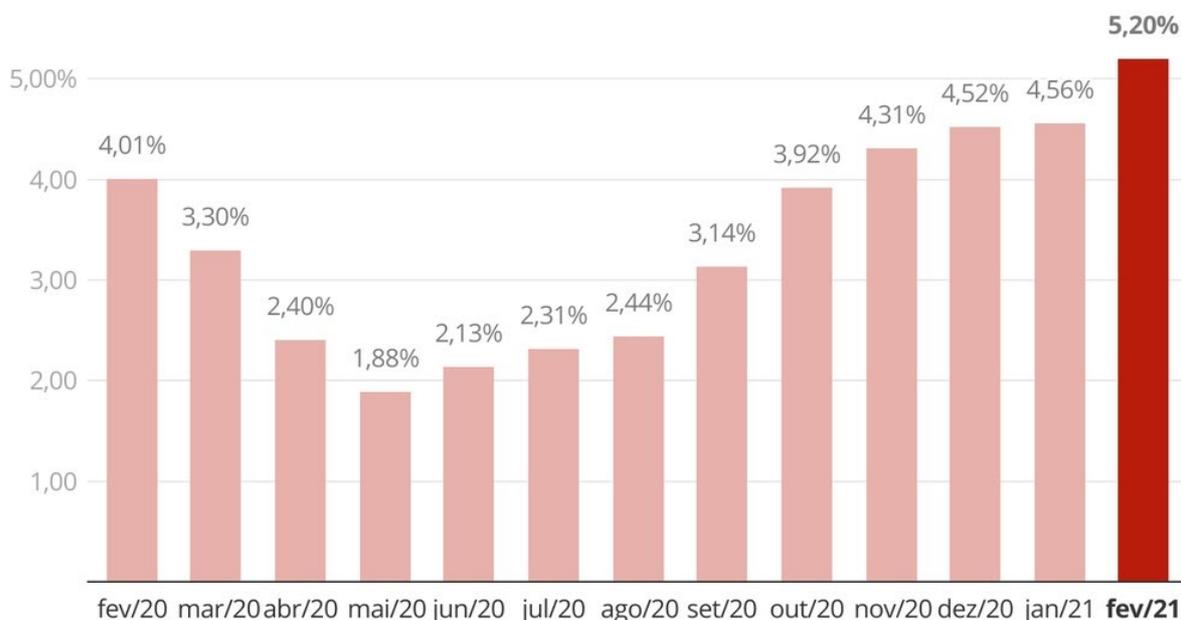
IPCA fevereiro 2021 — Foto: Economia G1

Alta em 12 meses é a maior desde janeiro de 2017

Com o resultado do mês, a inflação acumula alta de 5,2% em 12 meses – acima da taxa de 4,56% em janeiro, na mesma comparação. A taxa também é a maior para um acumulado em 12 meses desde janeiro de 2017, quando ficou em 5,35%.

IPCA - Inflação oficial acumulada em 12 meses

Taxa se aproxima do teto da meta do Banco Central.



Fonte: IBGE

IPCA em 12 meses — Foto: Economia G1

A taxa também fica próximo ao limite superior da meta de inflação estabelecida para este ano – centro da meta é de 3,75%, podendo variar entre 2,25% e 5,25%.

No ano, a alta é de 1,11%.

Gasolina, álcool, diesel e gás

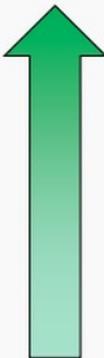
Os combustíveis tiveram forte peso na alta da inflação do mês passado. Além da alta de 7,11% da gasolina, registraram forte alta os preços do etanol (8,06%), do óleo diesel (5,40%) e do gás veicular (0,69%) também subiram.

Com isso, os combustíveis acumulam alta de 28,44% nos últimos nove meses, aponta o IBGE.

Só a gasolina foi responsável por 0,36 ponto percentual da inflação de fevereiro. No acumulado em 12 meses, 0,46 p.p. vieram deste item.

Principais impactos no mês

Veja abaixo os itens que mais impactaram na inflação:



<u>Item</u>	<u>Impacto (p.p.)</u>
Gasolina	0,36
Cursos regulares	0,14
Etanol	0,05
Carnes	0,05
Higiene pessoal	0,04

<u>Item</u>	<u>Impacto (p.p.)</u>
Passagem aérea	-0,01
Tomate	-0,02
Leite longa vida	-0,02
Energia elétrica residencial	-0,03
Batata-inglesa	-0,04



Principais influências no índice — Foto: Reprodução/IBGE

Alta em 8 dos 9 grupos pesquisados

Com a forte alta registrada nos combustíveis, a maior pressão entre os grupos veio dos transportes, de 2,28%.

Educação, por sua vez, subiu 2,48%, puxada pela alta de 3,08% dos cursos regulares.

“Esse foi o segundo maior impacto dentro do índice do mês. Em fevereiro, nós captamos os reajustes das mensalidades cobradas pelas instituições de ensino. E além disso, verificamos que em alguns casos houve retirada de descontos aplicados ao longo do ano passado no contexto de suspensão das aulas presenciais por conta da pandemia”, explica Kislanov.

Juntos, os dois grupos foram responsáveis por 70% da inflação do mês passado. Apenas o grupo educação teve redução nos preços.

Dos 9 grupos de produtos e serviços pesquisados, 8 tiveram avanço nos preços em fevereiro.

Confira:

- Alimentação e bebidas: 0,27%
- Habitação: 0,40%
- Artigos de residência: 0,66%
- Vestuário: 0,38%
- Transportes: 2,28%
- Saúde e cuidados pessoais: 0,6%
- Despesas pessoais: 0,17%
- Educação: 2,48%
- Comunicação: -0,13%

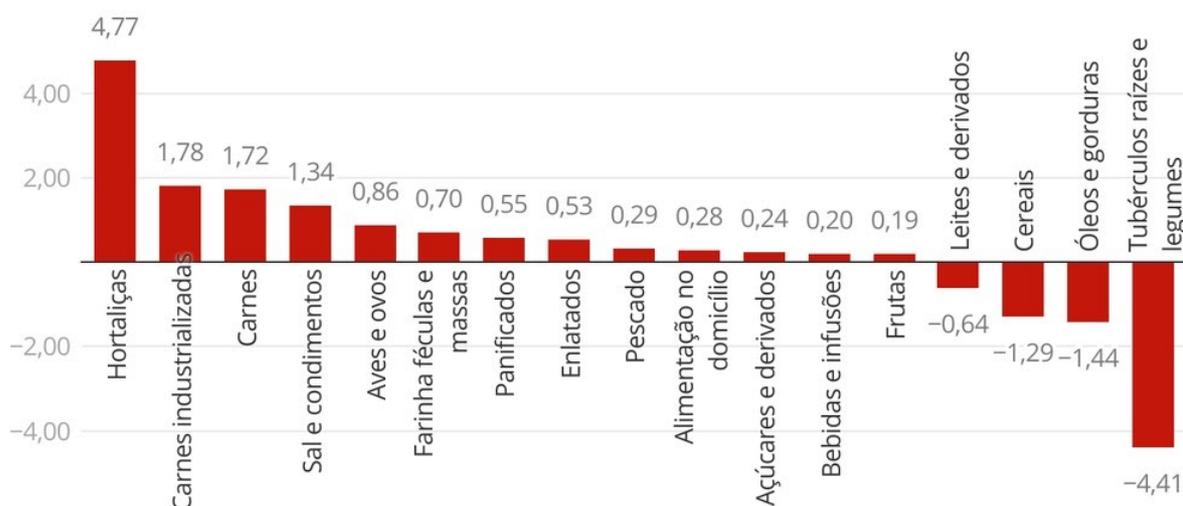
Alta de alimentos e bebidas desacelera

Pelo terceiro mês seguido, a alta de alimentação e bebidas perdeu força: após 2,4% em novembro e 1,74% em dezembro, ficou em 1,02% no mês passado. De acordo com o gerente da pesquisa, o fim do Auxílio Emergencial pode ter contribuído para a menor alta desses itens.

Na alimentação no domicílio (0,28%), contribuíram para essa desaceleração as quedas da batata-inglesa (-14,70%), do tomate (-8,55%), do leite longa vida (-3,30%), do óleo de soja (-3,15%) e do arroz (-1,52%). Por outro lado, os preços da cebola (15,59%) seguem em alta e as carnes, que haviam apresentado queda de 0,08% em janeiro, subiram 1,72% em fevereiro.

Principais variações dos preços dos alimentos

Em fevereiro, sobre o mês anterior, em %



Fonte: IBGE

Variação de preços dos alimentos — Foto: Economia G1

Preços subiram em todas as regiões

Todas as 16 áreas pesquisadas pelo IBGE tiveram alta nos preços. O maior resultado ficou com Fortaleza (1,48%), puxado pela alta de 8,86% nos cursos regulares. Já o Rio de Janeiro teve a menor inflação no mês, de 0,38%, influenciada pela queda de 10,73% nas passagens aéreas e de 16,50% em transporte por aplicativo.

Veja as taxas de cada local:

- Fortaleza: 1,48%
- Belém: 1,41%
- Brasília: 1,18%
- Rio Branco: 1,05%
- Aracaju: 1,05%
- Vitória: 1,00%
- Salvador: 0,26%
- Curitiba: 0,92%
- Campo Grande: 0,92%
- Porto Alegre: 0,86%
- São Luís: 0,83%
- São Paulo: 0,83%

- Recife: 0,77%
- Goiânia: 0,76%
- Belo Horizonte: 0,73%
- Rio de Janeiro: 0,38%

INPC varia 0,82% em fevereiro

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, usado como referência para o reajuste dos benefícios previdenciários, teve alta de 0,82% em fevereiro, contra 0,27% em janeiro. Em 12 meses, o índice acumula alta de 6,22%, acima dos 5,53% observados nos 12 meses imediatamente anteriores.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 11/03/2021	Caderno: Economia



Câmara derruba da PEC do auxílio emergencial dispositivo que liberaria R\$ 65 bi de receitas ao ano

Deputados aprovaram texto-base da proposta e votação em segundo turno deve ser encerrada ainda nesta quarta-feira

Idiana Tomazelli e Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo

10 de março de 2021 | 15h00

BRASÍLIA - O plenário da **Câmara dos Deputados** derrubou um dispositivo da **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) emergencial** que daria mais flexibilidade ao governo na gestão do **Orçamento federal**. Os parlamentares aprovaram um destaque do PDT que retirava do texto a possibilidade de desvinculação de receitas hoje carimbadas para órgãos, fundos ou despesas específicas. Foram 178 votos a favor e 302 contra a retirada - eram necessários 308 votos contrários para manter o texto do relator.

Segundo apurou o **Estadão/Broadcast**, cálculos do governo apontavam inicialmente que o dispositivo de desvinculação dessas receitas poderia liberar cerca de R\$ 72 bilhões ao ano. Nos trâmites finais da PEC no **Senado**, esse valor já havia caído a cerca de R\$ 65 bilhões, pois os congressistas ampliaram a lista de exceções, ou seja, fundos ou classes de despesas imunes à vinculação. Como mostrou a reportagem, uma das alterações de última hora beneficiou ações de “interesse à defesa nacional” e “destinadas à atuação das **Forças Armadas**”.

A PEC que libera uma nova rodada do auxílio emergencial foi aprovada em primeiro turno pelos deputados nesta madrugada e a votação em segundo turno deve ser encerrada ainda nesta quarta-feira, 10.

Os recursos não seriam dinheiro novo para gastar, mas ficariam disponíveis para bancar gastos de outras áreas, que eventualmente precisam ser financiados com recursos obtidos com a emissão de títulos da dívida pública. Hoje, a receita atrelada a

determinado fundo ou órgão não pode ser utilizada para outra finalidade, o que foi mantido com a derrubada do destaque.

A desvinculação é uma das bandeiras defendidas pelo ministro da **Economia, Paulo Guedes**, desde a campanha eleitoral. O dispositivo inserido na proposta, porém, tinha alcance mais limitado do que o desejado pela equipe econômica e já vinha ganhando uma lista ainda maior de exceções.

Parlamentares do PDT comemoraram a manutenção dos recursos vinculados para despesas nas áreas de educação, saúde e assistência, mas a medida também beneficiou auditores fiscais, que eram contrários à desvinculação de recursos que abastecem fundos da **Receita Federal** usados no pagamento de bônus aos profissionais do órgão. Na visão de técnicos da área econômica, a derrubada desse dispositivo não afeta outro trecho da PEC, que libera o superávit financeiro de diversos fundos públicos, reduzindo a necessidade de o **Tesouro Nacional** ir a mercado vender títulos para se financiar. A medida deve liberar mais de R\$ 100 bilhões que estão presos no caixa do governo para o abatimento da **dívida pública**.

A equipe econômica foi contra a derrubada do destaque, embora parlamentares alinhados ao governo tenham defendido a mudança. "Não é justo falar em equilíbrio fiscal tirando recursos da administração tributária", disse o deputado **Celso Sabino** (PSDB-PA).

Momentos antes, o líder do governo, **Ricardo Barros** (PP-PR), havia defendido a manutenção do texto do relator. "Deputados receberam ligações dizendo que o Ministério da Economia era favorável ao destaque, mas não é verdade", disse.

Senado torna perene programa de crédito para micro e pequena empresa

Pronampe surgiu como medida contra a pandemia

Por Vandson Lima e Renan Truffi — De São Paulo

11/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O Senado aprovou ontem projeto que torna permanente o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) como uma política oficial de crédito.

As instituições financeiras poderão emprestar crédito no âmbito do programa com taxa de juros anual máxima de 6% ao ano mais a Selic. Para os empréstimos tomados no ano passado, quando o programa ainda era considerado uma medida emergencial, a taxa era de 1,5% mais a Selic. A matéria vai à Câmara dos Deputados.

A ideia é dar um tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas, consolidando os pequenos negócios “como agentes relevantes de sustentação, transformação e desenvolvimento da economia nacional”, apontou a relatora, senadora Kátia Abreu (PP-TO). “Essas pequenas e micro empresas empregam 50% da mão de obra de carteira assinada do país, são 90% das empresas e produzem 27% do PIB”, defendeu.

O Pronampe concedeu mais de R\$ 37,5 bilhões em empréstimos em 2020, abrangendo mais de 440 mil empreendedores. Apesar disso, Kátia diz que ainda há resistência do setor financeiro em apoiar esses negócios. “Há uma descrença e uma falta de entusiasmo do sistema financeiro brasileiro de financiar essas micro e

pequenas empresas. Isso precisa ser restabelecido e modificado, e um dos instrumentos poderosos que nós temos para isso é esse projeto de lei”.

A linha de crédito concedida no âmbito do Pronampe corresponderá a até 30% da receita bruta anual obtida no ano anterior. No caso das empresas que tenham menos de um ano de funcionamento, o limite do empréstimo corresponderá a até 50% do seu capital social ou a até 30% de 12 vezes a média da sua receita bruta mensal apurada no período, desde o início de suas atividades - o que for mais vantajoso.

As instituições participantes do Pronampe operarão com recursos próprios e contarão com garantia a ser prestada pelo FGO Pronampe, de até 100% do valor de cada operação garantida, com cobertura pelo fundo limitada ao valor máximo segregado pelo Administrador do FGO para a garantia da carteira da instituição participante do Pronampe, não podendo ultrapassar 85% da respectiva carteira.

O ponto mais controverso da matéria foi a prorrogação do prazo de carência dos empréstimos concedidos por mais seis meses, a partir da publicação da lei. Na terça-feira, o governo já havia autorizado um alongamento de três meses no prazo, de oito para 11 meses. O líder do governo, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), avisou que a base do governo vai trabalhar para retirar este dispositivo durante a análise da proposta na Câmara.

O plenário também aprovou a Medida Provisória que eleva de 35% para 40% a margem do crédito consignado para alguns grupos. Inicialmente, a medida proposta pelo governo previa a ampliação dessa margem apenas para os aposentados. Por decisão dos parlamentares, no entanto, o novo limite beneficiará também militares, pensionistas e servidores públicos, desde que 5% sejam destinados para amortizar empréstimos do cartão de crédito ou sacar dinheiro no caixa com as mesmas taxas do cartão.

Por fim, o Senado também aprovou e remeteu à Câmara dos Deputados projeto de lei que cria condições para se implantar nas rodovias concedidas um sistema de cobrança de tarifa por quilômetro rodado, chamado passagem livre, ou “free flow”.

Com ele, todos os veículos que trafegarem na rodovia pagarão pedágio, mesmo naqueles casos em que o motorista usa a via diariamente. A diferença é que a cobrança será feita de maneira proporcional ao seu uso. A proposta ganhou importância porque consta da lista de 35 prioridades legislativas do governo, que foi entregue ao Congresso Nacional no início de fevereiro.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Espelho Redondo Lapidado Prata Cristal - 50Cm

R\$ 135

AMERICANAS.COM

Comprar

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Mini Processador Mondial Mp-16-B Turbo Pratic Preto

R\$ 149

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Relógio militar está conquistando homens pelo Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Brasileiros querem que desigualdade salarial acabe

Reajustes das usinas de aço afligem clientes industriais

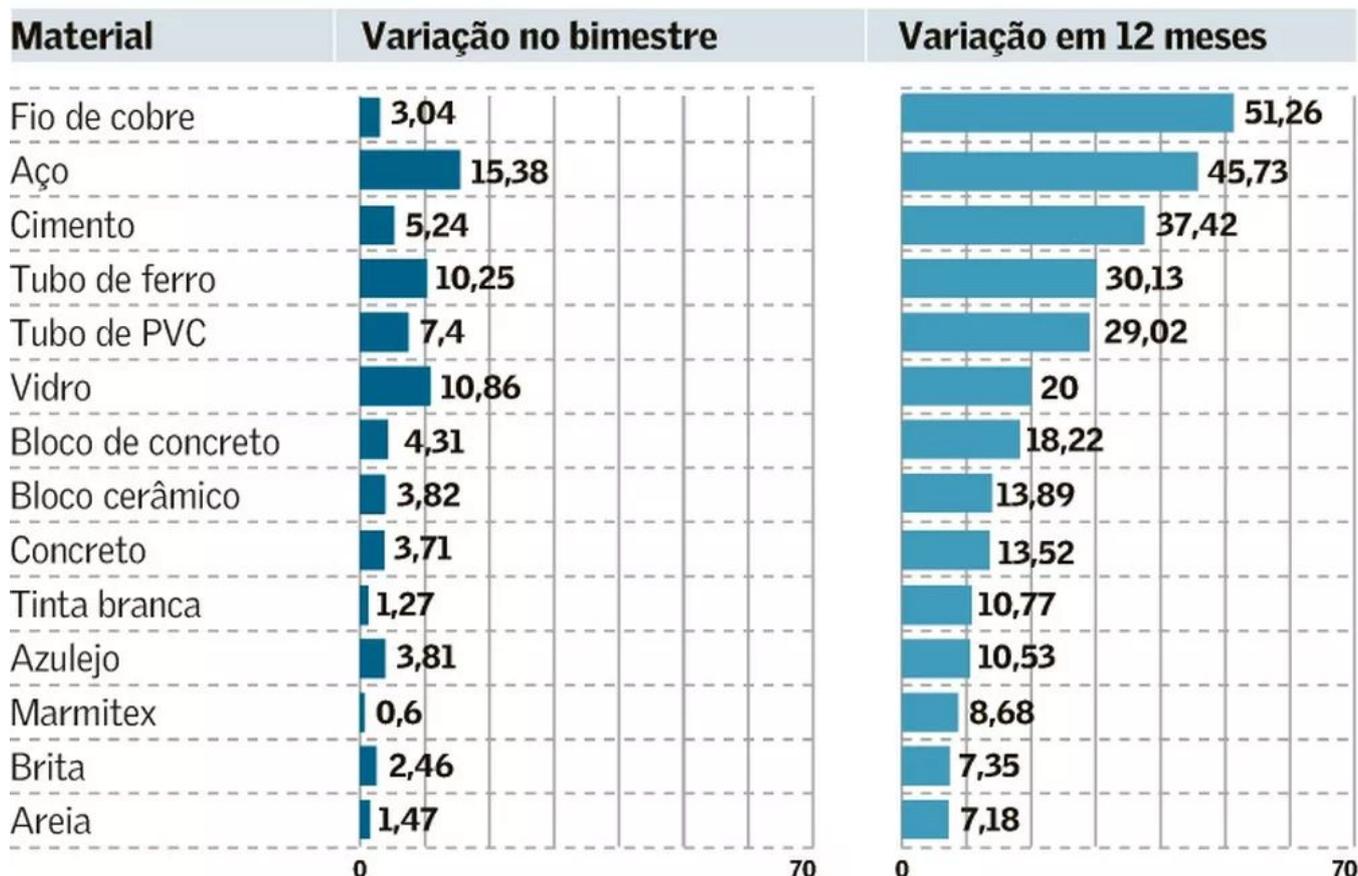
Setor da construção imobiliária foi informado por duas grandes siderúrgicas de alta entre 30% e 37% a partir do início de abril

Por Ivo Ribeiro, Chiara Quintão, Marli Olmos e Ana Paula Machado — De São Paulo

11/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Pressão de custos nas obras

Fio de cobre, aço e cimento puxam altas acumuladas - em %



Fonte: Sinduscon-SP com base no CUB (Custo Unitário Básico) calculado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas)

A indústria de transformação e a construção civil, grandes consumidores de aço, vêm sofrendo seguidos reajustes de preços desse insumo desde o meados do segundo semestre de 2020, com impacto sobre seus custos. E não se prevê que essas altas venham a ser estancadas tão cedo, o que deverá ter reflexos nos índices de inflação do país nos próximos meses (ver ***Eletrodomésticos têm nova onda de aumentos***). Enquanto podem, as empresas estão repassando os custos aos consumidores finais de carros, geladeiras, máquinas de lavar, imóveis, de bens duráveis e de bens de capital.

A justificativa para os reajustes é a alta expressiva das matérias-primas - minério de ferro (mais de 80% no ano passado), carvão, sucata de aço, valorização do aço no mercado global, além do câmbio. Outro componente desse cenário é o desajuste na cadeia de fornecimento. Ainda há falta de alguns tipos de aço, outros com mais demora para entrega e até sistema de cotas por clientes. A previsão é que essa situação leve entre dois e quatro meses para se normalizar - os estoques nos consumidores estão baixos. E a demanda se mantém em alta.

Os aumentos mensais nos últimos meses ficaram de 10% a 15%, tanto para aços longos (construção) quanto para os planos (carros, linha branca, autopeças e equipamentos em geral). Mantido o atual cenário de preços das matérias-primas do aço e o dólar entre R\$ 5,60 e R\$ 5,80, as siderúrgicas deverão adotar novas altas. A data limite para decidir é 25 de março.

ArcelorMittal e Gerdau atribuem alta à escalada internacional de preços das matérias-primas, como o minério de ferro

Quem já está diante dessa perspectiva é o setor da construção, principal comprador de aço no país. Algumas incorporadoras foram informadas de aumentos de 30% a 35% a partir de 1º de abril. Segundo o vice-presidente de relações institucionais da Tecnisa, Fabio Villas Bôas, ArcelorMittal e Gerdau comunicaram reajustes de 35% a 37%. Outra empresa diz ter sido avisada por ArcelorMittal de que haverá reajuste, mas ainda sem um percentual definido.

Na construção, as negociações costumam ser caso a caso. Segundo fonte de outra incorporadora, a Gerdau reajustou, em fevereiro, o insumo em 35% para os meses de março e abril. E já há pleito adicional para maio entre 10% e 20%.

Em 2020, informou a fonte, a empresa conseguiu que o reajuste médio do insumo se limitasse a 4%. “Como nossas obras são curtas e temos ótima previsibilidade de demanda, negociamos bem”.

No primeiro bimestre, o aço foi o material que apresentou maior alta, de 15,38%, de acordo com levantamento do Sindicato da Construção (Sinduscon-SP) e da Fundação Getulio Vargas (FGV). Em seguida, vieram vidro, tubo de ferro, tubo de PVC e cimento (*ver infográfico acima*). Na semana passada, argamassa, cimento e concreto subiram entre 10% e 15%, entre outros materiais, de acordo com a fonte.

“Tudo aquilo ligado a commodities internacionais tem sido afetado pela alta do dólar. Do ponto de vista sistêmico, os novos imóveis podem ter de sair com correção de preços”, diz o presidente da Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz Antonio França. “Isso reduz o benefício dos juros baixos”.

Os fabricantes de veículos aguardam a reunião que as siderúrgicas terão com os setores que usam aço para tentar identificar futuras pressões de custos. Segundo a Anfavea, entidade do setor automotivo, de janeiro de 2020 a janeiro de 2021, os reajustes nos preços no aço plano laminado a quente foram de 61%, citando a Infomet.

O setor aponta elevações de preços de outros insumos, como resinas e elastômeros, que subiram 68% no mesmo período, segundo a Anfavea com base em dados do IBGE. A entidade queixa-se, também, dos reajustes no frete marítimo, de 339% em 12 meses, para as importações da Ásia.

O que mais preocupa os fabricantes de veículos hoje é a alta do dólar. Segundo a Anfavea, entre 30% e 40% do preço de um carro é formado por custos na moeda dos EUA. Isso abrange desde peças importadas propriamente ditas, como semicondutores - item cuja falta tem provocado paralisações nas montadoras - até itens estrangeiros adquiridos por fornecedores e insumos com preços ajustados conforme variação do dólar.

conforme variação do dólar.

Em muitos casos, as empresas têm repassado, quase que automaticamente, ao preço final dos carros, os aumentos de custos. Segundo disse nesta semana o presidente da General Motors na América do Sul, Carlos Zarlenga, em 2020, a média de reajustes nos preços dos veículos no Brasil ficou entre 15% e 20%. E algumas empresas, como a Renault, já elevaram as tabelas em 4%, em média, até fevereiro.

Segundo executivos, as filiais brasileiras sofrem forte pressão das matrizes para evitar prejuízos. Por isso, repassam os custos. O presidente da Volkswagen na América Latina, Pablo Di Si, disse ontem que a mais recente orientação da matriz é para que a operação latino-americana se organize para fechar o balanço de 2021 no equilíbrio.

A CBIC, do setor da construção, tenta uma reunião com as usinas de aço para ver quando se dará a normalização do atraso no fornecimento. Na semana passada, houve encontro na Abimaq - de máquinas e equipamentos - com representantes do Instituto Aço Brasil.

O presidente da Abimaq, José Velloso, disse ao **Valor** que a situação poderá levar até 120 dias para se normalizar. Ele informou que o setor está reprogramando produção e entregas, mas que, mesmo assim, a previsão é que as vendas cresçam 13,5% no ano - somente no mercado interno, 15,8%. "O setor continua muito ativo, puxado por obras infraestrutura, indústria alimentícia e agronegócio".

Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Aço Brasil, disse que as usinas estão produzindo mais e elevando a oferta no país. Na comparação de janeiro de 2020 com janeiro de 2021, o crescimento nas vendas de aço longo foi de 25%, de 608 mil para 770 mil toneladas. "Estamos cumprindo à risca o que acordamos em outubro, quando nos reunimos com o setor da construção civil: aumentamos a oferta no mercado interno e reduzimos a exportação. Se existe algum desabastecimento é na área de distribuição", afirmou Mello Lopes.

Segundo dados do Aço Brasil, as exportações caíram gradativamente no ano passado, 14,1% no quarto trimestre ante o terceiro, voltando-se para atender o mercado doméstico. "As usinas estão colocando mais material no mercado, aumentaram a utilização da capacidade instalada - fechamos em janeiro com 70,1% e deve aumentar mais em março", disse

e deve aumentar mais em março , disse.

Segundo o executivo, preço tem pressão enorme dos custos das matérias-primas e dos insumos em geral e não é só na siderurgia. Estamos vivendo um fenômeno mundial que é o boom das commodities”, disse Mello Lopes. Amanhã, informou, usinas vão se reunir com o automotivo e aguardam definição de data pela CBIC.

Em nota, a Gerdau informou que registra aumento exponencial nos custos das matérias-primas do aço, inclusive minério de ferro, sucata, ligas, dentro do cenário de alta das commodities. Assim, diz que tem discutido individualmente com seus clientes um reequilíbrio econômico de suas bases de fornecimento na cadeia do aço, com “diálogo aberto e transparente”. A ArcelorMittal Brasil disse não comentar sua política de preços, observando que a precificação segue as variações das matérias-primas, tanto local quanto internacional.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Enviamos para SALVADOR o melhor sutiã da sua vida. Pare de sofrer com sutiãs que machucam.

LETIKPÁ BOUTIQUE

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

Espelho Decorativo Parede Moldura Provençal Ouro Envelhecido

R\$ 144

AMERICANAS.COM

Comprar

LINK PATROCINADO

Mini Processador Mondial Mp-16-B Turbo Pratic Preto

R\$ 149

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Promoção: Compre o relógio e ganhe um bracelete com frete grátis para Salvador

CHARLOTTE&CO

LINK PATROCINADO

Relógio militar está conquistando homens pelo Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

PEC Emergencial perde ainda mais força na reta final

Se o ímpeto reformista for medido pela tramitação da PEC emergencial, não haverá reformas ou elas serão pífiás

11/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Quase um ano e meio depois de apresentada, a proposta emergencial de emenda à Constituição estava a caminho de ser aprovada ontem pela Câmara dos Deputados, após tramitação que retirou dela vários mecanismos de contenção de despesas e corte de gastos. A PEC é um arremedo da original. Sem dar a ela a prioridade que o nome lhe confere, o governo viu ela ser fundida às pressas com outras duas PECs (as dos fundos e do pacto federativo) em uma proposta que lhe retirou quase todos os gumes. Sua desidratação prosseguiu ontem, durante a votação dos destaques. A correria para aprovação decorre do acordo que condiciona sua aceitação pelo Congresso a uma MP do Executivo instituindo novo auxílio emergencial.

Se a equipe econômica por alguma vez nutriu a esperança de que com o apoio do Centrão a missão de sustentar o teto de gastos e a austeridade seria reforçada, tem tudo para se decepcionar. A busca de consenso entre partidos fisiológicos e os demais tende quase sempre ao mínimo denominador comum, ou seja, a uma fração deslocada da potência das propostas originais. Um dos principais obstáculos à PEC Emergencial está no Palácio do Planalto. O presidente Jair Bolsonaro trocou sua indiferença em relação ao assunto ao longo do tempo, pela pressão por novas desfigurações do texto. Comportou-se como o deputado do baixo clero que sempre foi, e não como membro do Executivo autor das emendas submetidas ao Congresso.

Bolsonaro uniu-se aos partidos que são contra o ajuste fiscal ao pressionar por três mudanças. Ele queria retirar as forças de segurança do congelamento de salários quando do acionamento dos gatilhos para correção de gastos, eliminar a proibição de progressão e promoções durante o estado de calamidade pública e suprimir a obrigação de enviar plano em seis meses para a redução dos incentivos e benefícios tributários.

Coube a membros do governo se mobilizarem para evitar as péssimas sugestões do presidente da República. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse ao presidente da Câmara Arthur Lira, e ao relator da PEC, deputado Daniel Freiras (PSL-SC) que as brechas tornariam inevitáveis o aumento da inflação e dos juros. Em reunião com Bolsonaro, Freitas saiu do Planalto afirmando que chegou-se à conclusão “que esse é o momento que devemos olhar para o país e não para as corporações de uma classe ou outra”. Foi uma conclusão passageira.

Já na segunda votação, o líder do governo arranhou um acordo para contentar Bolsonaro, mas retirando a excepcionalidade das forças de segurança: não haverá vedação de promoções e progressões de carreira para todos, mesmo em um estado de calamidade, que exige duras ações excepcionais.

Antes disso, a Câmara já havia derrubado a desvinculação de fundos específicos, para acomodar a revolta dos funcionários da Receita. Com isso, o governo ficará sem R\$ 72,9 bilhões que a medida proporcionaria (**Valor**, 4 de março).

A única medida de corte efetivo de despesas, e não apenas contenção, foi uma das primeiras a ficar pelo caminho: a redução de jornada com corte de salários dos servidores públicos. O PT aliou-se a Bolsonaro no corporativismo e quis a manutenção de promoções, progressões e contratações públicas e tentou derrubar o limite de R\$ 44 bilhões para bancar o auxílio emergencial.

Houve desfiguração das medidas originais por exclusão e também por inclusão. À obrigação correta de reduzir benefícios tributários à metade (de 4% para 2%) se estabeleceu quais incentivos que não poderiam ser mexidos, justamente os maiores em renúncias, como Simples Nacional, Zona Franca de Manaus, o que, incluído na Constituição, os tornará intocáveis por oito anos.

Até o início da noite, quando a votação prosseguia, restavam intactos os gatilhos que disparariam medidas de correção: a partir de 85% até 95% das despesas totais para Estados e 95% para a União, para a qual será obrigatória - e que só será disparado em 2024 ou depois. Também de importância para a transparência das contas, a PEC padroniza a contabilidade dos gastos com inativos e os inclui no teto de gastos dos Legislativos municipais.

No primeiro teste importante da base governista liderada pelo Centrão, o Congresso se comportou como sempre - inclinado à pauta corporativista e avesso a medidas firmes de ajuste fiscal. Se o ímpeto reformista for medido pela tramitação da PEC emergencial, não haverá reformas ou elas serão pífiyas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Espelho Redondo com Alça em Couro 33cm

R\$ 56,64

AMERICANAS.COM

Comprar

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Aparelho de Jantar Biona Donna Floral Azul com 20 Peças

R\$ 119,99

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Espelho Decorativo Parede Moldura Provençal Ouro Envelhecido

R\$ 160

CASAS BAHIA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Menos da metade da população está ocupada na maioria dos Estados

Desemprego bate recorde em 20 unidades da federação e avança mais entre negros e mulheres

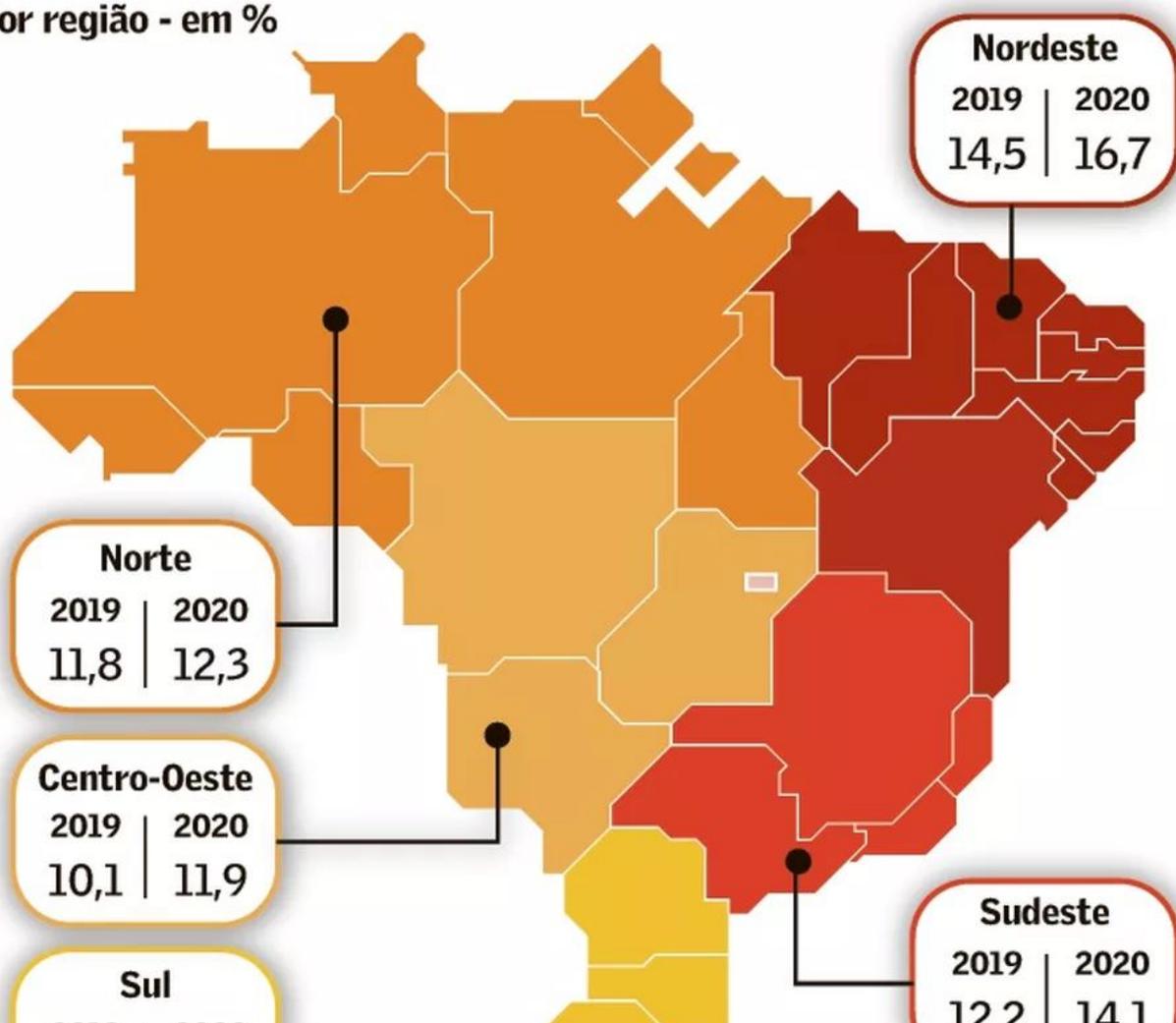
Por Lucianne Carneiro — Do Rio

11/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Recordes negativos

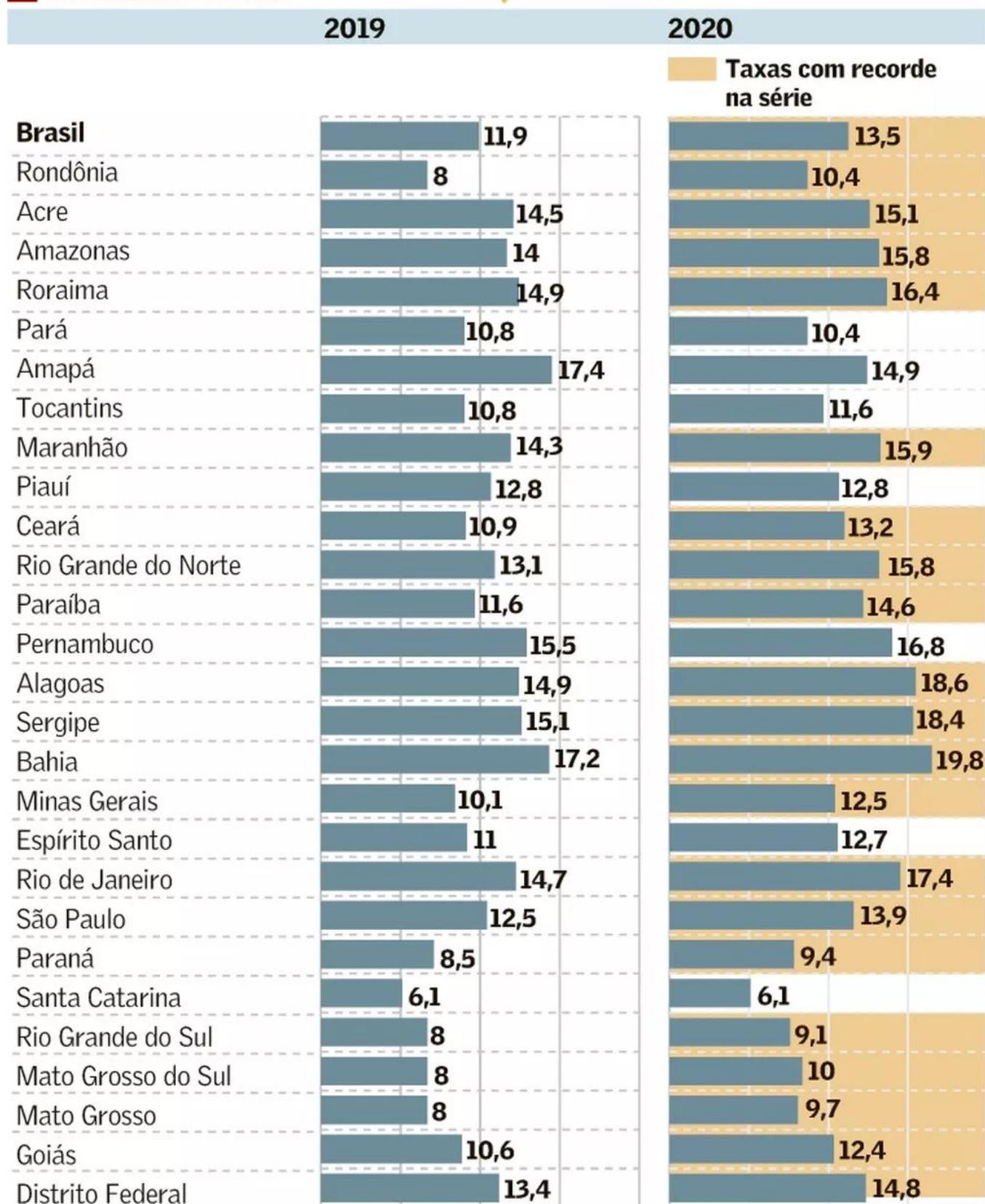
Taxa de desemprego é a maior em 4 regiões e 20 estados

■ Por região - em %



2019 | 2020
7,8 | 8,5

Por estado - em %



Fonte: IBGE

Influenciada pela pandemia, a crise do mercado de trabalho em 2020 foi tão intensa que quatro das cinco regiões brasileiras e 20 das 27 unidades da federação tiveram a pior taxa de desemprego da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012. Na média nacional, a taxa de 2020 (13,5%) também foi a pior já registrada pela pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na maioria dos Estados (15 dos 27) o nível de ocupação ficou abaixo dos 50%, especialmente no Norte e no Nordeste. Isso significa que menos da metade das pessoas em idade de trabalhar estava ocupada nesses locais.

Os dados mostram ainda que os negros, que historicamente têm desemprego maior, foram mais impactados pela crise que os brancos, movimento semelhante ao que ocorreu entre mulheres, se comparadas com os homens. No quarto trimestre de 2020, a taxa de desemprego das mulheres foi 37,8% maior que a dos homens. Os indicadores também apontam efeitos maior da crise entre os trabalhadores mais jovens - entre 18 e 24 anos - e entre os que têm escolaridade menor.

“Quase todas as regiões do Brasil tiveram em 2020 a maior taxa anual de desemprego da série histórica, a única exceção foi o Norte. E essa foi a realidade também para as unidades da federação. As únicas sem expansão foram Amapá e Pará”, diz Adriana Beringuy, responsável pela pesquisa.

Foram 20 das 27 unidades da federação com recordes negativos e 23 das 27 com alta na taxa de desemprego em 2020, frente a 2019. Em São Paulo, com o maior contingente de trabalhadores do país, a taxa de desemprego avançou de 12,5% em 2019 para recorde de 13,9% em 2020. O estado teve, em média, 3,3 milhões de desempregados no ano passado. Já o Rio de Janeiro viu sua taxa de desemprego disparar de 14,7% para 17,4%, na mesma comparação, com média de 1,4 milhão de desempregados em 2020.

Na passagem do terceiro para o quarto trimestre, houve alguma reação no mercado, que sazonalmente tende a melhorar no fim do ano, mas pouco disseminada, já que ocorreu de forma significativa em apenas cinco das 27 unidades da federação.

Além de recordes negativos em diferentes regiões do país, o ano de 2020 também de aprofundamento de desigualdades já existentes no mercado de trabalho no que se refere a raça e gênero. O desemprego entre a população de cor parda ou preta é historicamente maior e esses grupos ainda tiveram piora mais intensa em 2020. Na população branca, a taxa subiu de 9,4% para 10,9% entre 2019 e 2020. O crescimento foi maior na população preta, de 14,7% para 17,3%, e na parda, de 13,7% para 15,4%. O movimento foi semelhante ao observado entre as mulheres. Entre elas, o desemprego subiu de 14% em 2019 para 15,6% em 2020, enquanto a dos homens avançou de 10,1% para 11,7%.

“A pandemia tem aprofundado essas desigualdades de raça e gênero no mercado de trabalho. Mulheres e negros estão em geral em ocupações mais fragilizadas, em relações de trabalho que são mais facilmente rompidas”, explica a pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Luana Pinheiro.

Entre as mulheres, a queda significativa da taxa de participação na força de trabalho, ou seja, as pessoas em idade de trabalhar que estão empregadas ou procurando emprego, deixou claro o impacto da pandemia: de 53,1% em 2019 para 48% em 2020.

“Pela primeira vez, desde os anos 90, temos uma taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho abaixo de 50%. Foi um retrocesso enorme para apenas um ano”, ressalta Luana.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Espelho Emoldurado Redondo Decorativo com Alça - Rose - 33cm

R\$ 95,99

AMERICANAS.COM

Comprar

LINK PATROCINADO

Aparelho de Jantar Biona Donna Floral Azul com 20 Peças

R\$ 119,99

LE BISCUIT BR

COMPRAR

Amazonas avança em nova regra para quebrar monopólio do gás

Governador do Amazonas prepara sanção de projeto que prevê quebra de monopólio de companhia de gás natural

Por **Rafael Bitencourt** — De Brasília

11/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Amazonas dará nos próximos dias o último passo para a quebra do monopólio detido pela Companhia de Gás do Amazonas (Cigás) na comercialização do gás natural.

Em entrevista ao **Valor**, o governador do Estado, Wilson Lima (PSC), contou que aguarda a chegada do projeto de lei, aprovado ontem pela Assembleia Legislativa, para sancioná-lo e “imediatamente” fazer valer as mudanças neste mercado.

“O projeto será sancionado tão logo chegar a mim”, disse o governador. Ele explicou que o Estado se antecipa à aprovação da nova Lei do Gás (PL 4.476/20), com votação prevista para amanhã na Câmara dos Deputados.

Lima considera que, com a sanção do projeto, o Amazonas “sai na linha de frente” dos Estados que já aprovaram marco legal alinhado ao plano do governo federal de gerar mais competitividade em toda a cadeia de suprimento.

Isso se dará com a redução do poder de mercado da Petrobras, com a entrada de novos competidores, e mudanças nas leis federais e estaduais.

Outros governos estaduais já tomaram medidas semelhantes, entre ele, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Sergipe. No caso do Amazonas, o governo

considera que o Estado possui uma das maiores reservas de gás natural em terra. Mesmo assim, a produção tem caído a cada ano por falta de investimento.

O governador informou que grande parte do gás distribuído pela Cigás vem de Urucu - onde está localizado o campo Azulão, da Eneva - escoada por gasodutos.

A Eneva se apresenta como a maior operadora de gás natural do país, com ativos no Amazonas e no Maranhão.

Com a quebra do monopólio, segundo o governador Wilson Lima, novas empresas do ramo poderão expandir a malha para outras regiões e abrir canais alternativos de distribuição de gás natural liquefeito (GNL).

Com a lei estadual, a distribuição de gás no Amazonas segue sendo regulada pelo regime de concessão. A ideia é que a nova regra modernize ainda o ambiente de comercialização do gás com a criação das figuras do consumidor livre, autoprodutor e autoimportador.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Espelho Decorativo Parede Moldura Provençal Ouro Envelhecido

R\$ 144

AMERICANAS.COM

Comprar

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Aparelho de Jantar Biona Donna Floral Azul com 20 Peças

R\$ 119,99

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Fogão Esmaltec 4 Bocas Veneza Super com Acendimento Automático – Branco

R\$ 489,02

CASAS BAHIA

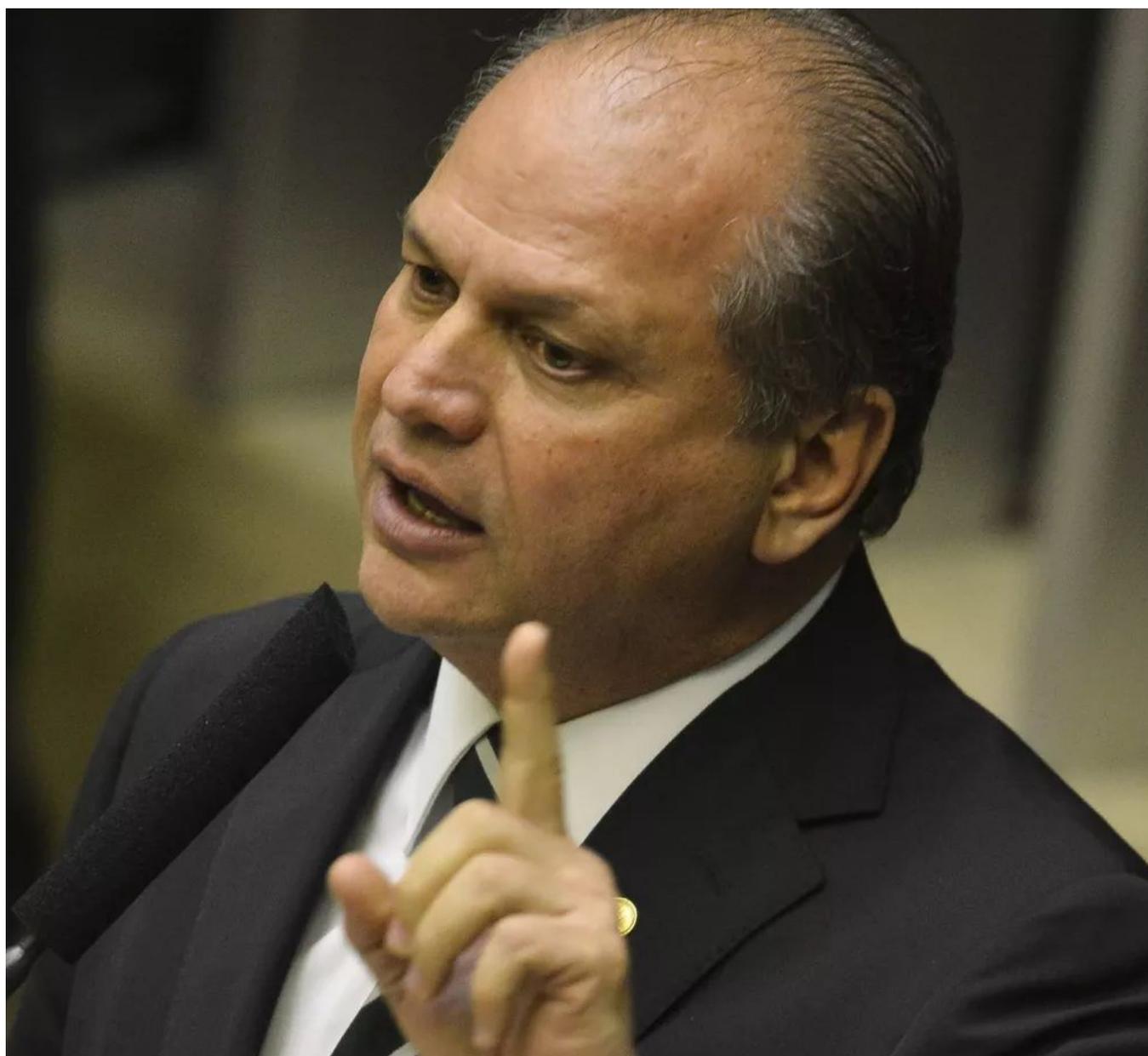
COMPRAR

Governo faz concessões para conter mudanças em PEC emergencial

Destaque para permitir promoções e progressão de carreira deverá ser aprovado no 2º turno

Por **Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto** — De Brasília

11/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Barros: líder do governo na Câmara assumiu o compromisso de aprovar no segundo turno destaque que beneficia servidores — Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

A Câmara dos Deputados ameaçou ontem iniciar um processo de desidratação da proposta de emenda constitucional (PEC) emergencial, que destravar a retomada do pagamento do auxílio emergencial.

Foi aprovado um destaque apresentado pelo PDT que retirou do texto o trecho que proibia a vinculação de receitas tributárias a órgãos, fundos e despesas específicas.

Audidores fiscais pressionaram pela alteração por avaliarem que a medida poderia prejudicar o repasse de recursos para a Receita Federal. 302 parlamentares votaram contra a mudança, seis a menos do que o necessário para derrubar a emenda.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), que orientou, sem sucesso, pela manutenção do texto. “As pessoas receberam ligações dizendo que o Ministério da Economia estava favorável, mas não é verdade. A posição do governo é manter o texto”, disse.

O revés fez com que o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos se deslocasse para o Congresso Nacional para evitar que a derrota fosse ainda maior. Auxiliares da equipe econômica, como Esteves Colnago, assessor especial do ministro Paulo Guedes, também foram ao Congresso para participar das articulações.

Essa primeira derrota obrigou o governo a costurar um acordo para evitar que os deputados acatassem outro destaque do PT que sugeria a extinção do gatilho da PEC que impedia a progressão funcional e contratações no serviço público no caso de crise fiscal.

Para conseguir a rejeição do destaque petista, Barros comprometeu-se com a aprovação de um novo destaque que permitirá, no segundo turno da votação da

PEC, a promoção e progressão de todos os servidores públicos.

Havia o temor de o governo sofrer nova derrota, já que a bancada da segurança pública estava inclinada a apoiar a aprovação do destaque para beneficiar os servidores da área. Logo após o anúncio do compromisso de Barros, o coordenador da bancada da bala, Capitão Augusto (PL-SP) orientou os deputados do grupo a mudarem seus votos, ou seja, pediu que todos votassem contra o destaque dos petistas.

Votaram contra o destaque do PT, 319 deputados, 11 a mais do que o necessário para que a mudança não se concretizasse. 181 deputados, por sua vez, votaram a favor do destaque. Para dar tempo para que os parlamentares mudassem seus votos, Lira manteve a votação do destaque aberta por quase duas horas.

Ao falar sobre o acordo, o relator da PEC Emergencial, Daniel Freitas (PSL-SC), destacou que todas as categorias serão contempladas e não apenas os servidores da segurança pública.

“Que fique muito claro, não se trata de uma exclusividade para a questão da segurança. Estamos permitindo, com essas supressões, as progressões e promoções a todas as categorias. Que a gente possa fazer o mínimo possível de estrago”, disse Freitas.

Reservadamente, deputados da base aliada atribuíram os reveses às declarações do presidente Jair Bolsonaro de que agentes da segurança pública deveriam ser poupados.

Ainda que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, tenha atuado para acalmar os ânimos, parlamentares alinhados com o presidente reforçaram que ele não ficou convencido de que a melhor hipótese era manter o texto aprovado pelo Senado.

Os episódios impuseram um ritmo mais lento na análise das demais sugestões de alteração do texto. Ainda assim, Lira e Barros mantiveram o discurso de que concluiriam os dois turnos da PEC até a madrugada de quinta-feira. O otimismo, não é compartilhado por outros líderes de partidos do Centro, que classificaram como

“mais prudente” deixar para encerrar a apreciação do texto para esta quinta-feira. Até o fechamento da reportagem, os parlamentares ainda não haviam concluído nem mesmo o primeiro turno da PEC.

Após a conclusão dos dois turnos, o texto deve ser promulgado. A intenção de Lira é fazer isso ainda nesta semana. Só depois disso, o governo encaminhará ao Congresso a Medida Provisória (MP) que estabelecerá a retomada do auxílio emergencial por quatro meses, entre março e junho.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sapatilha especial a prova d'água é a melhor opção para não machucar os pés ou queimá-los na areia

MOSALI

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Espelho Emoldurado Redondo Decorativo com Alça - Rose - 33cm

R\$ 95,99

AMERICANAS.COM

Comprar

LINK PATROCINADO

Aparelho de Jantar Biona Donna Floral Azul com 20 Peças

R\$ 119,99

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Salvador

SUTIÃ 5D

por taboola

Conteúdo Publicitário



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

A derrota do governo evita o pior para Guedes

Como estava, a PEC 186 promovia uma super vinculação

11/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O governo perdeu ontem na votação de um dispositivo da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 186, aquele que trata da proibição de vinculação das receitas públicas a órgão, fundo ou despesa. A derrota, no entanto, pode ter sido um alívio para o ministro da Economia, Paulo Guedes. A derrubada evita um engessamento ainda maior do Orçamento da União.

A Câmara dos Deputados já tinha aprovado, em primeiro turno, a PEC que veio do Senado e votava as emendas destacadas. Da forma como estava redigido, o texto promoveria uma super vinculação de receitas, na contramão da defesa que o ministro Guedes vem fazendo, desde que tomou posse no cargo.

Como estava, a PEC 186 promovia uma supervinculação

Uma das emendas destacadas, apresentada pelo líder do PDT, Wolney Queiroz (PE), eliminava a mudança no inciso IV do artigo 167 da Constituição, que trata da proibição de vinculação das receitas públicas a órgão, fundo ou despesa. A desvinculação da receita a despesas orçamentárias é um dos 3 D da estratégia de Guedes. Os outros dois são a desindexação e a desobrigação do gasto.

Atualmente, o inciso IV do artigo 167 da Constituição veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa. E ressalva a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino.

Ressalva também a destinação para a realização de atividades da administração tributária, que beneficia a Receita Federal, a prestação de garantias às operações de créditos por antecipação de receita e para prestação de garantia e contragarantia à União para o pagamento de débitos, além das transferências por repartição de receitas para Estados e municípios.

Guedes queria eliminar, principalmente, a vinculação de recursos para saúde e educação. Na primeira versão de seu substitutivo, o senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator da PEC 186 no Senado, atendeu ao ministro e acabou com essa vinculação. A forte reação da opinião pública obrigou Bittar a retroceder.

O relator, no entanto, ampliou substancialmente as ressalvas à proibição de vinculação de receitas. Em seu parecer ele permitiu vincular as receitas oriundas da arrecadação de taxas, doações, de atividades de fornecimento de bens ou serviços facultativos e na exploração econômica do patrimônio próprio dos órgãos e entidades da administração, remunerados por preço público, bem como o produto da aplicação financeira desses recursos, transferências recebidas para o atendimento de finalidades determinadas e as receitas de capital.

Nada disso está no atual texto constitucional. “A Constituição só trata de vinculação de impostos e de contribuições sociais”, explicou o ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, em conversa com o **Valor**. “A vinculação das receitas oriundas de taxas e de atividades da administração remuneradas por preços públicos é matéria de lei. Assim, ao levar para a Constituição, em vez de desvincular, a PEC vinculou”, disse.

Quando os senadores perceberam a ampliação feita por Bittar, apresentaram suas reivindicações. Assim, a PEC 186 aprovada pelo Senado passou a ressaltar as vinculações de receitas para o Fundo Nacional de Segurança Pública, o Fundo Penitenciário Nacional, o Fundo Nacional Antidrogas, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira,

o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, o Fundo Nacional da Cultura e para manter os programas de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos.

Além disso, a PEC permitiria a vinculação de receitas “de interesse à defesa nacional e as destinadas à atuação das Forças Armadas”. Este comando abriria possibilidades de numerosas novas vinculações de receita, principalmente porque ele foi redigido de forma genérica, sem especificações mínimas de sua amplitude.

Durante a tramitação da PEC na Câmara, o deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), disse aos repórteres Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro, do **Valor**, que recebeu mensagens de ministros tentando criar exceções ao texto. “Recebi mensagem da ministra Damares Alves (ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) para retirar o fundo dos idosos (da proibição de vinculação de receita)”, informou o parlamentar.

Mesmo aceitando todas as ressalvas à proibição de vinculação em seu substitutivo, Bittar excluiu da relação os recursos para a realização de atividades da administração tributária, ou seja, aquele que beneficia atualmente a Receita Federal. Isso revoltou os servidores da Receita, que ameaçavam entregar os cargos comissionados que ocupam e realizar uma paralisação dos serviços.

Quando foi colocado o destaque apresentado pelo PDT, todos aqueles que desejavam mudar o texto sobre vinculação de receita, uniram-se. A Câmara dos Deputados aprovou o destaque por apenas seis votos: 302 deputados votaram contra a proposta pedetista, quando eram necessários 308.

Guedes ficou sem a desvinculação das receitas, mas evitou o pior: uma super vinculação. De sua estratégia dos 3 D, o ministro da Economia já tinha perdido a desindexação (não correção por um índice de inflação) do salário mínimo, dos benefícios previdenciários e assistenciais. Essa proposta foi vetada pelo próprio presidente Jair Bolsonaro. O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, quase perdeu o cargo ao defender a desindexação, em nome de seu chefe imediato.

A PEC 186 aumentou também aquilo que Guedes queria diminuir, que são os comandos constitucionais obrigando o governo a realizar despesas. A desoneração da cesta básica passou a ser uma obrigação constitucional. O ministro da economia queria substituir esse benefício por outro que chegasse melhor a quem necessita. Não poderá mais. Assim, com a aprovação da PEC 186, a estratégia dos 3 D de Guedes foi definitivamente arquivada.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras
E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Espelho Decorativo Parede Moldura Provençal Ouro Envelhecido

R\$ 144

AMERICANAS.COM

Comprar

LINK PATROCINADO

Mini Processador Mondial Mp-16-B Turbo Pratic Preto

R\$ 149

LE BISCUIT BR

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Novo gel clareador de manchas vira febre em Salvador

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Marido suspeita de traição e começa a seguir esposa com drone; você precisa ver o que ela fazia todos os dias

TRENDSATCHERS

LINK PATROCINADO

Mulher clareia manchas do rosto e viraliza em Salvador

MELAN-FREE

por taboola

Conteúdo Publicitário

PEC DO AUXÍLIO

AJUSTE DESIDRATADO

Diante de risco de perda maior, Câmara faz acordo que protege servidor



Em sessão, deputados fecharam acordo no qual governo abre mão do congelamento de promoções e progressões no funcionalismo da União, estados e municípios, mesmo em caso de emergência fiscal

MANOEL VENTURA, BRUNO GÓES
E GERALDA DOCA
com o ajuste com o

Diante da mobilização de partidos de oposição para retirar a maior parte das medidas de ajuste fiscal da proposta de emenda à Constituição (PEC) do auxílio emergencial, deputados alinhados à equipe econômica fecharam ontem um acordo no qual o governo abrirá mão do congelamento de promoções e progressões no funcionalismo da União, estados e municípios, mesmo em caso de crise nas contas públicas. A flexibilização, que vale para todas as cate-

gorias de servidores, foi apoiada pela chamada bancada da bola e significa uma vitória para o presidente Jair Bolsonaro, que articulou nos últimos dias para blindar profissionais de segurança do pacto de contenção de gastos.

PERDA DE R\$ 1,5 BI. DIZ LÍDER
A desidratação deve ter um impacto bilionário. Nas contas do líder do governo, Ricardo Barros (PP-AL), a alteração reduz em R\$ 1,5 bilhão a economia prevista em um ano em caso de aprovação do texto sem alterações. A estimativa é difícil de ser feita, porque depende

de fatores como o número de estados em crise, mas economistas calculam que a conta poderia ser ainda maior. A MAG consultoria, por exemplo, estima que a proibição à progressão automática teria impacto anual de até R\$ 10 bilhões levando em conta União e todos os estados e municípios — isso tem impacto de R\$ 1,5 bilhão. Mas dentro do conjunto da PEC, com gatilhos e contrapartidas, é aceitável esse acordo — disse o líder.

O recuo da ala governista na Câmara ocorreu um dia após deputados aprovarem em primeiro turno uma versão da PEC sem alterações, como

encaminhada pelo Senado. A votação, que só acabou madrugada, foi considerada uma vitória para a equipe econômica, que atuou ao longo da terça-feira para preservar as medidas de ajuste.

O acordo de ontem foi costurado após o PT apresentar uma proposta de alteração que acabava com todas as medidas de contenção de gastos impostas a estados e municípios em que a despesa superasse 95% das receitas — um indicador de emergência fiscal. A retirada desse capítulo da PEC furia com que o projeto pedisse a "espinha dorsal".

Para evitar que isso ocorresse, ficou acertado que os

deputados flexibilizariam apenas o trecho desse pacote que proíbe promoções e progressões — que ocorrem periodicamente, de acordo com o tempo de serviço. Assim, o combinado é manter outras travas, como a proibição de reajustes salariais e vedação de concursos públicos, com exceção dos processos para repor cargos vagos.

A concretização do acordo ficou para depois da votação da PEC em segundo turno, o que ainda não tinha ocorrido até as 22h30m de ontem. Em nota, a Frente de Segurança Pública comemorou o acordo, mas salientou pontos que não foram contemplados

com o acerto, como a possibilidade de recomposição da inflação nos salários em momentos de crise. Também citou a questão de concurso público para reposição de cargos vagos, o que já era previsto na PEC, além de "investimentos em segurança", o que não foi abordado no plenário.

POLICIAIS INSATISFEITOS

Apesar do acordo ter sido anunciado pelo líder do governo, a equipe econômica foi contra flexibilizar ainda mais a PEC — que já fora desidratada no Senado e em votação na Câmara. O argumento usado por técnicos do time do ministro da Economia, Paulo Guedes, é que promoções e progressões automáticas têm impacto forte nas contas e não podem ser controladas por governadores e prefeitos. Enquanto aumentos de salários só são dados caso o gestor autorize.

A negociação também não agradou a policiais. Em nota, a União dos Policiais do Brasil (UPB) informou que não foi consultada sobre o acerto e diz que ele não contempla nem faz justiça aos policiais e profissionais da segurança pública. Na manhã de ontem, antes da votação, o vice-presidente Hamilton Mourão disse que a categoria precisava dar sua "cota de sacrifício", declaração que foi rebatida pela entidade.

A possibilidade de alteração mais drástica da proposta causou apreensão. Enquanto o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), falava ao telefone para medir o termômetro da votação, o líder do governo, Ricardo Barros, costurava um acordo com a bancada da bola. Lira segurou a votação por mais de uma hora para garantir o acerto.

Só depois da sinalização de que categorias seriam contempladas em votação de segundo turno, parlamentares orientaram a mudança de voto para derrotar o pleito do PT. Por aplicativo de mensagens, o deputado Capitão Augusto (PP-SP) disparou mensagens em que dizia que a "Frente Parlamentar de Segurança pede que mudem de voto".

Antes do acordo, a oposição insistia para que Lira encerrasse a votação e abrisse o painel. Lira, então, chegou a dizer inocentemente que o painel estava "quebrado".

AS IDAS E VINDAS DO PROJETO

1

Cam aval de Bolsonaro, bancada da bola se mobiliza

Com apoio e incentivo do presidente Jair Bolsonaro, deputados da chamada "bancada da bola" começaram a articular no fim de semana uma forma de tirar a segurança das proibições de progressão de carreira.

2

O presidente defende a desidratação

Em entrevista na segunda-feira, Bolsonaro admitiu publicamente fazer a proposta para preservar forças de segurança. Para o presidente, havia risco de não aprovar a proposta inteira, caso o projeto não fosse flexibilizado.

3

Equipe econômica e Roberto Campos Neto agem para evitar

Apesar do apoio explícito do presidente, líderes da Câmara optaram inicialmente por manter o texto original do Senado. A decisão veio após pedidos da equipe econômica e do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

4

Relatório é aprovado com ajuste completo em primeiro turno

Relatório do deputado David Freitas (PSL-SC), que manteve a proposta que veio do Senado, sem excluir servidores, é aprovado na Câmara em primeiro turno. Mas integrantes da bancada da bola ficaram insatisfeitos com o texto.

5

Acordo é fechado após risco de derrota maior

Deputados da base aliada passam a apoiar a mudança do PT que retirava todo o ajuste fiscal de estados e municípios da PEC. Para evitar uma derrota maior, o governo cede e fecha acordo para permitir progressão de carreira para servidores.

Medida deve ter efeito cascata em salários e aposentadorias

FERNANDA TRISTOTTO
manda a inflação ligada com o

O principal impacto fiscal da liberação de promoções e progressões para o funcionalismo mesmo em períodos de crise fiscal será de longo

prazo, na avaliação de economistas. A medida terá efeito no salário final dos servidores e em suas aposentadorias. Com progressão e promoção, você alça o salário daquele mês, mas vai afetar até a aposentadoria da pessoa. É

um efeito cascata a longo prazo enorme — diz o economista André Luiz Marques, do Insper, que reforça a necessidade de se projetar o impacto de qualquer reajuste em um horizonte de 20 a 30 anos. O especialista avalia que,

ao aceitar o acordo e abrir mão desse gatilho, o governo passa duas mensagens. A primeira é um recado para a sociedade, em que fica explícito o poder de pressão do funcionalismo para barrar propostas de ajuste fiscal que o

afetam, o que pode até causar um desgaste na imagem desses servidores. A segunda é sobre o impacto fiscal de fato, que é difícil de calcular, mas gera efeito futuro. Para Bruno Lavieri, sócio da consultoria 4intelligen-

ce, ainda que as reclamações dos servidores sejam legítimas, o plano de governo precisa vir antes: — Na prática, o governo não tem consenso nem dentro dele próprio para avançar com essa proposta. Ele não depende da oposição para aprovar essa PEC, ele teria maioria se tivesse consenso, mas não consegue formar.

Câmara mantém reserva de recursos para o Fisco

Mudança havia provocado mobilização de servidores e até ameaça de entrega de cargos de chefia da Receita Federal. Ministro Paulo Guedes chegou a intervir para garantir que órgão não fosse prejudicado

FERNANDA TRISOTTO
E BRUNO GÓES
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Após pressão de servidores da Receita Federal e intervenção do ministro da Economia, Paulo Guedes, a Câmara dos Deputados retirou da proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial o trecho que acabaria com os recursos carimbados para o Fisco.

Os parlamentares aprovaram um destaque, apresentado pelo PDT, que mantém a vinculação de recursos do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf).

A mudança ocorre após mobilização nacional da categoria — na terça-feira, 90% dos oito mil auditores fiscais pararam — e da ameaça de uma entrega em massa de cargos de chefia na Re-

ceita caso o fim da reserva dos recursos não fosse retirado do texto. O Sindifisco Nacional estimava que cerca de 220 diretores colocariam os cargos à disposição caso a desvinculação de receitas avançasse.

Hoje, a Constituição proíbe que receitas sejam vinculadas para despesas ou órgãos, mas abre exceções. Uma delas é para “atividades da administração tributária”. O texto que havia sido aprovado no Senado, porém, acabou com essa proteção.

COMUNICADO INTERNO

Com a mudança aprovada ontem pela Câmara, a redação do texto constitucional permanece como está. Também sai da PEC a proteção de verbas para militares, que havia sido incluída de última hora.

Além da mobilização dos servidores, o secretário es-

Dólar recua 2,41%, para R\$ 5,65

> Em um dia de volatilidade, o dólar comercial encerrou ontem em forte queda, de 2,41%, cotado a R\$ 5,65. O Banco Central atuou, injetando o equivalente a US\$ 1 bilhão. Já o Ibovespa, principal índice da B3, fechou em alta de 1,30%, aos 112.776 pontos.

> As ações ordinárias (ON, com direito a voto) da Petrobras subiram 4,21%, enquanto as preferenciais (PN, sem voto) avançaram 3,47%,

com a alta do petróleo no exterior. O barril do tipo Brent ganhou 0,56%, a US\$ 67,90.

> Houve otimismo ainda com a aprovação do pacote de estímulo nos EUA, de US\$ 1,9 trilhão. Na Bolsa de Nova York, o Dow Jones avançou 1,46%.

> No cenário interno, os investidores acompanharam a votação da PEC Emergencial, que permitirá a retomada do auxílio.

pecial da Receita, José Barroso Tostes Neto havia solicitado reunião interna com Guedes.

Na ocasião, ele disse que não concordava com a mudança na regra e informou que entrou em contato com

a Secretaria de Governo para que a pasta pedisse à presidência da Câmara a manutenção da redação que, na prática, permite carimbar as receitas do Fisco. A informação consta de um comunicado interno de Tostes a

auditores fiscais, ao qual O GLOBO teve acesso, e foi confirmada por fonte próxima a Guedes.

GARANTIA DE ARRECADAÇÃO

A manutenção do atual texto constitucional foi defendida pelo deputado Celso Sabino (PSDB-PA), com o argumento de que, em meio a uma crise, deve-se preservar a Receita Federal, que garante recursos para áreas como saúde e educação. A fala foi endossada por Coronel Tadeu (PSL-SP), da base do governo, que recordou a previsão de aumento de R\$ 34 bilhões em arrecadação no Orçamento deste ano.

Já o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), defendeu o texto aprovado no Senado:

— A posição do governo é votar, manter o texto do relator. O deputado Daniel Freitas ouviu a todos, deba-

teu, e o seu texto deve ser mantido.

O presidente do Sindifisco Nacional, Kleber Cabral, disse que a categoria recebeu a aprovação do destaque com “surpresa e alívio”:

— Foi uma vitória que parecia impossível. A matéria era muito em favor do próprio Estado, não era uma questão corporativa que se misturava com outros assuntos da PEC, como o congelamento de salários e gatilhos que afetam os servidores.

A previsão era que ontem mesmo os fiscais da Receita encerrassem a mobilização já programada, além de suspender a entrega de cargos de chefia, para avaliar os próximos passos. Apesar de considerar um momento de comemoração, Cabral diz que esse episódio não põe fim a outros problemas que a Receita enfrenta dentro do Ministério da Economia e do governo.

Banco Mundial: América Latina vive tragédia na saúde e no PIB

David Malpass alerta que crescimento em 2021 não compensará tomo de 2020

HENRIQUE GOMES BATISTA
henrique.batista@oglobo.com.br
SÃO PAULO

A América Latina vive “desafios tremendos” com a pandemia, afirmou o presidente do Banco Mundial, David Malpass, em entrevista coletiva na terça-feira. A região, ressaltou, é a que mais sofre com a crise no mundo, tanto na questão de saúde como na economia:

— A América Latina tem apenas 8% da população global, mas tem 20% das infecções em todo o mundo e cerca de 30% das mortes por Covid-19. É uma tragédia. A questão do PIB também é trágica, com uma queda de cerca de 7% em 2020. Será a pior entre todas as regiões do mundo e a pior recessão desde 1901, e

parece que o crescimento em 2021 não será suficiente para compensar essa queda.

Malpass afirmou na entrevista, na qual O GLOBO foi o único veículo do Brasil, que a falta de vacinas na região é preocupante:

— Segundo algumas estimativas, a América Latina terá apenas 3% das vacinas disponíveis, o que não é suficiente para realmente resolver o problema — disse ele, lembrando que o Banco Mundial tem ajudado os países latinos para que tenham recursos para comprar vacinas.

ALERTA PARA ENDIVIDAMENTO
Apesar de defender que os governos adotem programas de auxílio na pandemia, Malpass disse que cada país precisa respeitar sua si-

tução fiscal. Ele ressaltou que gastos além da capacidade orçamentária podem comprometer a recuperação econômica. O risco, segundo o presidente do Banco Mundial, é os países ficarem presos a “dívidas difíceis de superar”:

— Se os países estão pagando seus credores, isso esgota os recursos disponíveis. E isso também é importante do ponto de vista do clima, dos recursos necessários para fazer melhorias ou avançar na adaptação e mitigação.

Malpass observou que, a curto prazo, os déficits fiscais podem ajudar, mas não são a resposta a longo prazo. E ressaltou que os governos têm de dar atenção à eficácia dos gastos no combate aos efeitos da pandemia.



Crise. Alta na pobreza preocupa, diz Malpass: “Esta é uma reversão no processo de desenvolvimento do mundo”

O presidente do Banco Mundial também mostrou preocupação com o aumento da pobreza na América Latina devido à pandemia. Segundo ele, mais de cem milhões de pessoas passaram a viver abaixo da linha da pobreza no mundo, na primeira reversão do movimento de redução da pobreza em duas décadas.

— Estamos seriamente preocupados com isso. Esta é

uma reversão no processo de desenvolvimento do mundo, e requer ação concertada de organizações internacionais, de governos em termos de seus próprios programas de ajuda — disse Malpass.

Ele ressaltou a importância do setor privado para criar empregos e combater a pobreza:

— Os melhores programas de criação de empregos, sabemos, vêm de pequenas

empresas que iniciam e contratam trabalhadores que podem não ser contratados por grandes empresas.

Ele disse ainda que o Banco Mundial espera destinar US\$ 10 bilhões para assistência social na América Latina neste momento de restrição da atividade econômica devido à pandemia. O Brasil deve receber US\$ 1 bilhão para programas de apoio à renda.

Desemprego bate recorde em 20 estados em 2020, diz IBGE

No Rio, apenas 45,4% da população em idade ativa tinham trabalho

RAPHAELA RIBAS
r.ribeira@oglobo.com.br

No ano da pandemia, o desemprego foi recorde em 20 estados brasileiros, segundo dados da Pnad Contínua publicados ontem pelo IBGE, que também trazem detalhes sobre como a falta de vagas afetou de forma diferente homens e mulheres. O instituto já havia anunciado que a taxa média de desemprego em 2020 no país havia alcançado o maior pa-

tamar (13,5%) da série histórica, iniciada em 2012.

O impacto da crise foi maior no Nordeste e menor no Sul. Os estados com maior índice de desemprego foram Bahia (19,8%), Alagoas (18,6%), Sergipe (18,4%) e Rio de Janeiro (17,4%).

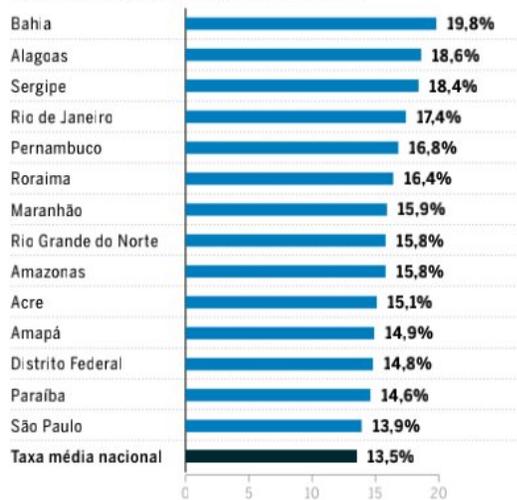
De acordo com o estudo, em 2020, o nível de ocupação no país foi de 49,4%. Esta é a primeira vez na série anual que menos da metade da população em idade para trabalhar estava ocupada.

No Nordeste, o nível de ocupação ficou abaixo de 50% em 15 estados. O Rio, no Sudeste, também teve apenas 45,4% da sua população com emprego.

O economista da FGV/Ibre Rodolpho Tobler explica que estas regiões foram as mais afetadas na pandemia devido ao alto índice de informalidade e por causa da dependência de vagas no turismo e em serviços. Com as restrições de circulação, estes setores foram fortemente atingidos, e a retomada

ONDE A TAXA FOI MAIOR

Nordeste concentrou os índices mais elevados



Fonte: IBGE

Editoria de Arte

está travada à espera da vacinação em massa.

Ele acredita que, com o recrudescimento da pandemia, a taxa de desemprego vai aumentar:

— Agora, se o auxílio vier, será um valor inferior. Procurar trabalho não é mais uma opção. As contas ficam apertadas, e a necessidade de emprego se torna urgente.

Os dados do IBGE também deixam claro como a falta de vagas afeta de forma diferente homens e mulheres, assim como brancos, pretos e pardos. A taxa de desocupação em 2020 para pretos foi em torno de 17% e para pardos, de 15%. Já o desemprego entre brancos ficou em 10,9%.

No caso das mulheres, a taxa de desocupação foi de 15,7% no ano, enquanto a dos homens ficou em 11,8%.

Senado aprova Pronampe permanente, mas com juros maiores

GABRIEL SHINOHARA
E PAULO CAPPELLI
economiz@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem projeto que torna o Pronampe uma política de crédito permanente e estabelece as condições dos financiamentos do programa. Foram 73 votos a favor e nenhum contrário. A matéria agora segue para a Câmara.

A proposta busca viabilizar

que micro e pequenas empresas continuem recebendo crédito com juros mais baixos do que os encontrados no mercado por meio de operações garantidas pelo governo. Para isso, altera as condições do programa, que foi muito procurado em 2020 e concedeu mais de R\$ 37,5 bilhões para as empresas de pequeno porte.

De autoria do senador Jorginho Mello (PL-SC), o mesmo que criou o Pronampe

originalmente, o texto autoriza o aumento dos juros cobrados no programa.

No ano passado, as taxas eram de 1,25% acrescidas da Selic (atualmente em 2%). Já o texto aprovado ontem estabelece um limite máximo de 6% mais a Selic para novos empréstimos. A taxa em si será definida pela Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec) do Ministério da Economia.

A proposta também estabelece que os recursos usados como garantia pelo governo, que são oriundos do Fundo Garantidor de Operações (FGO), poderão vir do próprio Orçamento, de doações privadas e de recursos originados de créditos de organismos internacionais até o fim deste ano.

Apesar de não ter nenhum recurso já direcionado, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou

na semana passada uma emenda ao Orçamento que disponibiliza R\$ 4,8 bilhões para o Pronampe. Para ser usada, a verba precisa ser aprovada com a Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo Congresso.

PRAZO DE CARÊNCIA

Outra alteração veio no relatório da senadora Kátia Abreu (PP-TO), que propôs que a garantia dada pelo governo para esses empréstimos será de até

100% do valor de cada operação e no máximo 85% da carteira de crédito. Anteriormente, a garantia era de 85%, sem a possibilidade, aberta pelo relatório, de ficar em patamar menor. O prazo de pagamento e a carência do programa serão definidos todos os anos pela Sepec.

A relatora também incluiu no projeto um trecho que aumenta o prazo de carência, em mais seis meses, para os financiamentos do Pronampe que foram concedidos em 2020. O período adicional passa a valer a partir da sanção do projeto.